

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA

**AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO ASSENTAMENTO ELDORADO,
SIDROLÂNDIA-MS**

AQUIDAUANA/MS

2025

ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA

**AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO ASSENTAMENTO ELDORADO,
SIDROLÂNDIA-MS**

Dissertação apresentada como exigência do
Programa de Pós-Graduação em Geografia, do
Campus de Aquidauana da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof.
Dr. Fernando Rodrigo Farias.

AQUIDAUANA/MS

2025

ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA

**AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO ASSENTAMENTO ELDORADO,
SIDROLÂNDIA-MS**

Dissertação apresentada como exigência do Programa de
Pós-Graduação em Geografia, do Campus de Aquidauana
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a
orientação do Prof. Dr. Fernando Rodrigo Farias.

Resultado: _____

Aquidauana, MS, _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rodrigo Farias
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

Membro:
Lisandra Pereira Lamoso
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Membro:
Gustavo da Silva (UFMS/CPAQ)
Universidade

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pela paciência e apoio, em especial a minha esposa Carseléia Gracioli, meus filhos Gustavo e Germano que são minha força e base em tudo que faço. Aos meus colegas no Programa de Pós Graduação em Geografia do Campus Aquidauana, pela fraterna amizade, pelas risadas, viagens de campo e aquele incentivo sempre que o pensamento em desistir batia. Aos professores, pela excelência e profissionalismo, especialmente a um ser incrível que tive a graça de conhecer que foi meu orientador Professor Doutor Fernando Rodrigo Farias, que além de orientar, foi incentivador e amigo, pessoa por quem carrego profunda admiração e respeito.

Porque será que estou aqui?

Inúmeras vezes repensei a frase acima: eu urbano, vindo do RS, em 2008, jamais ouvi falar em assentamento, ou agricultura familiar. O destino me trouxe até Sidrolândia-MS. Formado em Geografia, aprovado em dois concursos públicos, lotado na Escola Municipal Eldorado, no assentamento de mesmo nome e na Escola Municipal João Batista no Assentamento Che Guevara, distante mais de 60 km da minha residência.

No início o deslocamento não foi nada fácil, sem asfalto, muito barro, chuvas e quedas de energia na escola. Mas algo me incentivava, eu via pessoas simples, mas com um sorriso estampado no rosto, “daqueles que até a noite se ilumina”, como dizia Jaime Caetano Braun, na canção Bochincho”. Pessoas que carregavam dentro de si, força, fé e coragem, que precisaram vencer as “lonas pretas de acampamento”, nas margens perigosas das rodovias, que encaravam e encaram o preconceito de serem glebeiros ou assentados de forma pejorativa, por aqueles que acreditam que o agricultor familiar não tem importância. Conheci as comunidades dos assentamentos, e confesso, que a cada dia desde o longínquo 2008 me tornei melhor, compreendi a força destas pessoas na batalha diária de ser produtor, tendo o desafio de produzir e comercializar seus produtos. Algumas frases nunca saíram da minha cabeça: -Prof quer comprar queijo?, -Prof quer comprar mandioca; verdura...a gente que produz lá no sítio...

Somente agora a frase lá de cima faz sentido, eu estou no lugar certo, onde deveria realmente estar, próximo de pessoas que assim como eu gostam de simplicidade, de sorrisos largos, e que acreditam sempre em dias melhores...

Alexsandro Loureiro da Silva.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o processo de produção, comercialização e agroindustrialização no Assentamento Eldorado, em Sidrolândia-MS, compreendendo-o como estratégia de desenvolvimento econômico e social. O estudo buscou verificar a relação entre agricultores familiares, com a inserção de seus produtos no comércio local e a atuação de órgãos públicos como AGRAER e Vigilância Sanitária Municipal, responsáveis pelo acompanhamento e incentivo às agroindústrias locais. O objetivo central foi compreender de que forma a produção dos pequenos agricultores contribui para o fortalecimento da economia local, considerando também aspectos específicos como parcerias institucionais, assistência técnica e desafios logísticos. Para isso, foi adotada metodologia qualitativa e quantitativa, que vincula análise bibliográfica com estudo de caso (campo) com aplicação de questionário a 20 produtores rurais, além de levantamento de dados sobre agroindústrias, produtos e número de trabalhadores envolvidos. Os resultados apontam que os produtores destinam sua produção a restaurantes, supermercados e feiras, mas parte significativa ainda depende de atravessadores. Apesar do interesse em ampliar parcerias com órgãos públicos, há resistência em relação à assistência técnica, somando-se a dificuldades como estradas precárias e custos elevados de insumos e combustíveis. Em contrapartida, a fiscalização sanitária e o acompanhamento técnico asseguram padrões de qualidade, fortalecendo a credibilidade dos produtos no mercado. A agroindustrialização no Assentamento Eldorado possui potencial para consolidar-se como vetor de desenvolvimento, desde que seja apoiada por políticas públicas, incentivos fiscais, melhoria da infraestrutura e fortalecimento das parcerias institucionais.

Palavras-chave: Agroindustrialização; Assentamentos rurais; Agricultura familiar.

ABSTRACT

This article presents the process of production, trading and agroindustrialization at Eldorado settlement in Sidrolândia – Mato Grosso do Sul, understanding as a strategy of social and economical development. This study intended to verify the relationship between family farmers, their insertion of their products in the local commerce and the performance of public bodies like AGRAER (Agency for Agricultural Development and Rural Extension) and the Health Surveillance, responsible for monitoring and encouraging local agro-industries. The central goal is to understand how the production of small farmers contributes for strengthening the local economy, considering specific aspects like institutional partnerships, technical assistance and logistical challenges. For that, qualitative methodology that links bibliographic analysis with case study (field) was adopted, based on a case study with questionnaire application to twenty (20) local farmers, in addition to data collection about agroindustry, products and the number of workers involved. The results point that producers allocate their production to restaurants, supermarkets and farmer's market, but a significant part still depends on middlemen. Despite of interest in enlarge partnerships with public bodies, there is resistance about technical assistance, adding up to difficulties with poor roads and the elevated costs of inputs and fuels. In return, the health inspection and the technical follow-up ensure quality standards, strengthening the credibility of the products in the market. The agroindustrialization of the Eldorado settlement has potential to consolidate itself as vector of development, as long as it is supported by public policies, tax incentives, better infrastructure and strengthening of institutional partnerships.

Key-words: agroindustrialization; rural settlements, family agriculture.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do Assentamento Eldorado, Sidrolândia (MS).....	35
Figura 2 – Entrada Eldorado	36
Figura 3 – Organização econômica com o plantio de hortaliças	44
Figura 4 – Organização econômica com o plantio em Eldorado	44

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade produzida com milho no Brasil em 2023.	23
Quadro 2 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho unidade da federação (2023).	25
Quadro 3- Área plantada (hectares) –Ano 2023 – Produto das lavouras temporárias no Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Sidrolândia, observação comparativa.	
Quadro 4- Importação de alho no Brasil em 2024.....	32
Quadro 5 – Importação de cebola no Brasil em 2024.....	33
Quadro 6 - Quadro histórico temporal Fazenda Eldorado	39
Quadro 7 - Relação Agroindústrias nos Assentamentos do Complexo Eldorado em Sidrolândia/MS	46

LISTA DE SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural BCB
	Banco Central do Brasil
CCUs	Contrato de Concessão de Uso
COMEX	Comércio Exterior
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPF	Integração Lavoura, Pecuária e Floresta
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços MS
	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra PAA
	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROAPE	Programa Estadual de Avanço à Pecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar SAG
	Sistema Agroindustrial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	14
2.1. AGROINDÚSTRIA VERSUS O AGRONEGÓCIO NO BRASIL	14
2.2. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR	17
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	19
3. A ESTRUTURA AGRÁRIA E O AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO DO SUL.	23
3.1. ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR AGROPECUÁRIO DE SIDROLÂNDIA.....	28
4. RESULTADO DA REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO ELDORADO	34
4.1. FAZENDA ELDORADO E ASSENTAMENTO ELDORADO.....	34
4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E SUA OPERACIONALIZAÇÃO MUNICIPAL	40
4.2.1. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	40
4.2.2 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	41
4.2.3 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	42
4.2.4. PROAPE – Programa de Avanço na Pecuária e Outras Iniciativas Estaduais	42
4.3. A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NO ASSENTAMENTO ELDORADO	43
4.4. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO ASSENTAMENTO ELDORADO	46
4.4.1. Indústrias e Cooperativas.....	48
4.4.2. Cadeia Produtiva	50
4.4.3. Pequenas Propriedades e Agricultura Familiar	52
4.4.4. Impacto das Políticas Públicas na Estrutura Agrária.....	52
RESULTADOS E ANÁLISE	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE A.....	63

1. INTRODUÇÃO

De maneira geral, a agroindustrialização pode ser entendida enquanto um processo de transformação de matérias-primas em produtos consumíveis que agregam maior valor de venda do que aqueles *in natura*. Com isto, ocorre um impacto benéfico em toda a cadeia produtiva da agricultura familiar, que pode ser observado enquanto um setor econômico crescente, podendo contribuir na valorização de produtos na agricultura, na pecuária, na aquicultura e/ou na silvicultura. Como destaca Silva (2012, p.6) agroindustrialização em consonância com a agricultura familiar traz o financiamento de “projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária”, sobretudo através de financiamentos de créditos rurais. Além disto, a agroindustrialização “disponibiliza o material técnico/científico indispensável ao projeto e planejamento da agroindústria que será montada, por meio da capacitação, manuais, software e assistência técnica, para a elaboração de projetos, perfis agroindustriais”, promovendo uma modernização e otimização das atividades agroindustriais.

Neste contexto, a agroindustrialização no Assentamento Eldorado pode ser compreendida como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, ao promover a autonomia econômica das famílias e incentivar práticas sustentáveis de produção. Com o apoio de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os assentados têm a oportunidade de acessar crédito e mercados institucionais, favorecendo o desenvolvimento de cadeias produtivas locais. Ao agregar valor aos produtos agrícolas, a agroindústria familiar contribui para o fomento produtivo dos assentados, além de melhorar as condições de vida no meio rural.

Nos cerca de 40 mil hectares que perfazem os assentamentos rurais do município de Sidrolândia, cerca de 50% deles, ou seja, 20 mil hectares estão arrendados para a monocultura de grãos, devido ao retorno financeiro baixo, e a exclusão de políticas públicas, desta forma o arrendamento torna-se a mola de salvação para aqueles que não conseguem dar valorização aos produtos agrícolas de seu lote.

No Cadastro Único por exemplo, constam em Sidrolândia, 3.920 famílias assentadas, destas 1.864, cerca de 47% não tiveram nenhuma atividade remunerada no último ano, outros 1.422 trabalharam neste período de forma autônoma (783), com carteira assinada foram (469) e 168 como servidores públicos municipais ou estaduais.

Com renda abaixo de 109 reais, ou seja, abaixo da linha da pobreza temos 466 famílias,

entre 109 a 218 aparece outras 180 famílias, com cerca de um salário são 1.329 famílias, o bolsa família garante o sustento para 795 famílias nos assentamentos de Sidrolândia. Mesmo com mais de 4.400 lotes, Sidrolândia ocupa o 8º lugar no ranking estadual de captação de recursos do Pronaf, segundo levantamento do Banco do Brasil em 2024 e de acordo com o Cadastro Único, divulgado pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia em 2024.

O objetivo deste estudo é analisar como o processo de agroindustrialização tem se configurado como uma estratégia de desenvolvimento econômico para as famílias do Assentamento Eldorado, em Sidrolândia-MS, identificando as principais iniciativas, desafios e oportunidades associadas à implantação de agroindústrias familiares na região.

A agroindustrialização, como uma forma de agregar valor aos produtos da agricultura familiar, é fundamental para o fortalecimento econômico destas famílias assentadas. Este estudo se justifica pela importância de se compreender como essa estratégia pode transformar a realidade socioeconômica do Assentamento Eldorado, contribuindo para a geração de renda, o desenvolvimento local e a sustentabilidade das atividades produtivas. Além disso, a pesquisa busca demonstrar as potencialidades econômicas do Assentamento Eldorado e os impactos positivos advindos das agroindústrias familiares na vida dos pequenos agricultores rurais do Assentamento Eldorado em Sidrolândia.

O problema em destaque é: Como o processo de agroindustrialização pode contribuir para o desenvolvimento econômico das famílias do Assentamento Eldorado, em Sidrolândia-MS, conferindo meios para que o assentado e sua família fixe no campo e agregue mais renda?

A hipótese trabalhada é de que a agroindustrialização no Assentamento Eldorado tem potencial para promover o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas ao agregar valor aos produtos da agricultura familiar, facilitar o acesso a novos mercados e melhorar a renda dos produtores. No entanto, esse processo depende de políticas públicas adequadas, infraestrutura de apoio e capacitação técnica dos assentados.

A metodologia utilizada neste estudo será de natureza bibliográfica, com base em autores que abordam temas como desenvolvimento rural, agroindustrialização e agricultura familiar de autores como Márcio Gazolla e Gelson Pelegrini; Gisele Martins Guimarães e outros. Serão consultados artigos acadêmicos, livros e relatórios de instituições oficiais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, serão utilizados dados de programas governamentais, como o PRONAF e o PAA, para análise do apoio à agroindustrialização no Assentamento Eldorado. A pesquisa

também contou com visitas e conversas com agricultores familiares que já desenvolvem em suas propriedades a agricultura de transformação dos produtos e que comercializam os mesmos. Estes já contam com toda a assistência dos órgãos públicos, principalmente daqueles que certificam as boas práticas de manipulação e comercialização dos mesmos, aqui temos, pães, biscoitos, queijos, geleias, hortifrúti, corantes naturais, frutas em polpa, mandioca processadas entre outros.

Os autores citados na pesquisa abordam diferentes dimensões da agroindustrialização, trazendo a luz do conhecimento exemplos que podem ser explorados no Brasil como um todo, mais fica desta forma mais nítida, quando aplicamos este conhecimento no território deste estudo que é o desenvolvimento socioeconômico no Assentamento Eldorado. Destacam-se os clássicos do agronegócio, como Davis & Goldberg (1957), Araújo (2007) e Callado (2005), que fornecem fundamentos conceituais. A agroindústria familiar é tratada por Lauschner (1977, 1990), Silveira (1990), Silva (2012) e Pelegrini & Gazolla (2009), ressaltando a integração produtiva e a reprodução social.

Estudos sobre desenvolvimento rural e sustentabilidade sobressaem em Guimarães (2023), Lopes (2023), Mendonça et al. (2022), Moraes et al. (2024) e Pérez et al. (2024). Há ainda análises sobre economia e competitividade, como Barros (2022) e no contexto regional, destacam-se Reis (2009).

Estes autores articulam bases teóricas, marcos legais, políticas públicas e dados empíricos, estruturando a análise da agroindustrialização no assentamento Eldorado de Sidrolândia, onde a aplicação efetiva da transformação de produtos primários em produtos semi processados ou processados, agregam maior valor de venda aos produtos tais como, queijos, pães, mandioca limpa, ensacada e descascadas para venda em supermercados causando assim um impacto positivo na economia doméstica das famílias assentadas, demonstrando neste estudo a capacidade de transformação de vidas e contribuindo para a fixação destas famílias em seus lotes, afugentando a prática do arrendamento para as monoculturas causador do êxodo rural, aumentando o adensamento dentro dos núcleos urbanos da cidade e até mesmo nas agrovilas, criando bairros sem infraestruturas sanitárias onde os serviços básicos são inexpressivos ou inexistentes.

2. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

2.1. AGROINDÚSTRIA VERSUS AGRONEGÓCIO NO BRASIL

A agroindústria constitui um setor estratégico dentro da dinâmica do desenvolvimento rural e do agronegócio, sendo responsável pelo processamento e pela transformação de produtos agropecuários em bens de maior valor agregado. Diferentemente da produção primária, que se concentra exclusivamente nas atividades agrícolas e pecuárias, a agroindústria atua no estágio seguinte, agregando tecnologia, inovação e processos industriais aos produtos oriundos do campo. Como destaca Lauschner (1977 apud SILVEIRA, 1990), a agroindústria pode ser compreendida como uma unidade produtiva que transforma o item agropecuário, seja ele in natura ou parcialmente processado, em um produto destinado ao consumo intermediário ou final.

Essa atividade não deve ser confundida com o conceito mais amplo de agronegócio, que envolve toda a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final. A agroindústria corresponde a um elo específico dessa cadeia, ocupando-se essencialmente da etapa de transformação. Assim, enquanto o agronegócio contempla atividades “antes”, “dentro” e “depois da porteira”, a agroindústria concentra-se no processamento “após a porteira”, ou seja, após a produção agrícola ou pecuária (CALLADO, 2005).

No Brasil, a agroindústria tem papel decisivo tanto na economia quanto no desenvolvimento social. Setores como o sucroenergético, o frigorífico, o lácteo e o de óleos vegetais ilustram a relevância do segmento na pauta de exportações brasileiras e na geração de empregos diretos e indiretos. Além disso, a agroindústria possibilita maior estabilidade ao setor primário, reduzindo a vulnerabilidade dos produtores diante das flutuações de preço dos produtos in natura. De acordo com Filho e Shikida (1999), a verticalização produtiva entre agroindústrias e produtores agropecuários contribuiu de forma significativa para as transformações na agricultura nacional, introduzindo novos padrões de produção, financiamento e tecnologia.

Outro aspecto fundamental da agroindústria é sua capacidade de estimular o desenvolvimento regional. Ao se instalar em áreas próximas aos polos agrícolas, cria oportunidades econômicas, fomenta a infraestrutura local e amplia a arrecadação tributária, configurando-se como uma estratégia de dinamização territorial. Araújo (2007) observa que,

diante da globalização e da crescente exigência dos mercados, a agroindústria tem sido pressionada a adotar inovações tecnológicas, estratégias de qualidade e certificação, além de práticas de sustentabilidade.

Nesse contexto, o futuro da agroindústria no Brasil passa pela incorporação de tecnologias digitais, pela busca de cadeias produtivas mais sustentáveis e pela valorização da agricultura familiar como fornecedora de matéria-prima. Assim, a agroindústria não apenas agrega valor econômico aos produtos, mas também se torna um vetor de transformação social, ao gerar emprego e renda no meio rural, consolidando-se como um dos pilares do desenvolvimento econômico do país.

Já o agronegócio brasileiro configura-se como um dos setores mais dinâmicos e estratégicos da economia nacional, responsável por articular a produção agropecuária, a agroindústria, a logística, a comercialização e os serviços relacionados à atividade rural. Trata-se de um sistema complexo, que não se restringe apenas à produção primária dentro da propriedade, mas abrange todos os elos da cadeia produtiva, desde os insumos, passando pelo processamento, até a chegada ao consumidor final.

O termo “agronegócio” deriva do inglês *agribusiness*, cunhado por Davis e Goldberg (1957), que o definiram como a relação de interdependência entre a agricultura e os setores industriais e de serviços que lhe dão suporte. Nessa concepção, o agronegócio vai além da atividade agrícola isolada, integrando os processos *in farm* (realizados dentro da fazenda) e *out farm* (executados fora da fazenda), abrangendo a industrialização, a distribuição, a comercialização e até as finanças vinculadas ao setor. Essa visão sistêmica tornou-se fundamental para compreender a agricultura moderna e suas interações com os demais segmentos econômicos.

No Brasil, a modernização da agricultura ganhou força principalmente a partir da década de 1970, impulsionada pelo regime militar. Políticas de crédito rural, incentivos à mecanização e abertura de novas áreas para o cultivo permitiram a expansão de uma agricultura voltada ao mercado, que passou a ser denominada “agricultura capitalista” ou “empresa rural” (HEREDIA et al., 2010). Esse processo marcou a consolidação do agronegócio como modelo de produção no país, em contraposição ao sistema tradicional e ao latifúndio improdutivo.

A importância econômica do agronegócio é amplamente reconhecida. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o setor movimentou R\$ 2,72 trilhões em 2024, sendo R\$ 1,9 trilhão referente ao ramo agrícola e R\$ 819,26 bilhões ao ramo pecuário. Esse montante

representou cerca de 23,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (CNA, 2025a). Em 2025, a expectativa é que o PIB do agronegócio alcance R\$ 3,79 trilhões, elevando sua participação no PIB brasileiro para 29,4% (CEPEA, 2025). Esse crescimento evidencia a centralidade do setor não apenas como motor econômico, mas também como elemento estratégico na integração do Brasil aos mercados internacionais.

Outro indicador relevante é o Valor Bruto da Produção (VBP), que mede a renda obtida pelas principais atividades agropecuárias. Em 2023, o VBP totalizou R\$ 1,151 trilhão, com destaque para a soja, o milho e a carne bovina como os principais produtos geradores de riqueza (BRASIL, 2023). Ainda que tenha ocorrido uma queda de 2,3% no VBP agrícola em relação a 2022, o setor manteve sua posição de destaque no cenário econômico (IBGE, 2024).

No campo das exportações, o agronegócio brasileiro registrou, em 2024, US\$ 164,4 bilhões em vendas externas, equivalente a aproximadamente 49% do total exportado pelo país (BRASIL, 2025a). Esse desempenho representa o segundo maior valor da série histórica, reafirmando o papel do Brasil como um dos maiores fornecedores globais de alimentos e matérias-primas. Produtos como soja, milho, carne bovina, frango e celulose figuram entre os principais itens da pauta exportadora, consolidando a inserção internacional do agronegócio.

Além de sua dimensão econômica, o agronegócio também se destaca pela capacidade de inovação e pela incorporação de práticas empresariais ao espaço rural. Como observa Callado (2005), as empresas rurais organizam-se em diferentes frentes produtivas, que incluem atividades agrícolas, zootécnicas e agroindustriais. Nesse sentido, a agroindústria desempenha papel essencial ao transformar produtos in natura em bens intermediários ou finais, agregando valor e ampliando as possibilidades de inserção no mercado (LAUSCHNER, 1977 apud SILVEIRA, 1990).

Com a globalização, novas dinâmicas de mercado passaram a exigir maior eficiência e competitividade do setor. Araújo (2007) destaca que fatores como o câmbio, as políticas comerciais e as oscilações do mercado de capitais impactam diretamente a atividade agropecuária. Por isso, o agronegócio precisou incorporar estratégias corporativas avançadas e investir fortemente em tecnologia, logística e gestão para manter sua relevância.

Atualmente, o conceito de agronegócio no Brasil deve ser compreendido não apenas como uma atividade econômica, mas como um sistema integrado de produção, industrialização e comercialização que conecta o campo à cidade e o local ao global. Ele envolve desde a pesquisa e desenvolvimento de sementes, fertilizantes e tecnologias de precisão até a exportação de commodities e produtos industrializados, com impacto direto sobre a segurança

alimentar mundial.

O agronegócio brasileiro consolida-se como um setor de alta relevância, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade, à inovação tecnológica e à inclusão social no campo. Seu futuro dependerá da capacidade de equilibrar eficiência produtiva com preservação ambiental e justiça social, garantindo sua permanência como um dos pilares estratégicos da economia nacional e global.

2.2. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR:

A agroindustrialização na agricultura familiar constitui uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Ela envolve a incorporação de etapas de beneficiamento, transformação e agregação de valor à produção primária, realizada no próprio meio rural ou em proximidade com ele, envolvendo diretamente as famílias agricultoras. Esse processo permite que pequenos produtores aumentem sua renda, prolonguem a vida útil dos produtos, diversifiquem mercados e reduzam a dependência de intermediários, promovendo arranjos produtivos locais mais fortes e resilientes (SILVA, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Historicamente, a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos no país, desempenhando papel central na segurança alimentar, na preservação cultural e na manutenção das economias locais (SCHNEIDER, 2003). Além disso, as famílias agricultoras preservam saberes tradicionais, práticas comunitárias e vínculos sociais que estruturam a vida rural. Entretanto, essas famílias enfrentam limitações estruturais significativas, como acesso restrito a crédito, tecnologias e mercados, baixa escala produtiva e vulnerabilidade econômica. A agroindustrialização surge nesse contexto como uma alternativa estratégica capaz de superar parte dessas barreiras, promovendo maior autonomia e competitividade aos pequenos produtores.

A transformação de produtos in natura em alimentos processados ou semi-processados como polpas de frutas, queijos, doces, conservas, farináceos, embutidos e sucos, gera ganhos econômicos relevantes, ampliando margens de lucro, estendendo a vida útil dos produtos e promovendo a diversificação de mercados. Essa verticalização da produção também fortalece o emprego rural, promove a emancipação econômica das mulheres e incentiva a participação dos jovens, garantindo a continuidade e inovação nas práticas agrícolas familiares. Assim, a agroindustrialização contribui diretamente para o fortalecimento social, cultural e econômico

das comunidades rurais, consolidando a agricultura familiar como eixo de desenvolvimento territorial (ALTIERI, 2004; SCHNEIDER, 2003).

O êxito da agroindustrialização depende fortemente de políticas públicas articuladas e eficazes. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido fundamentais, fornecendo crédito, garantias de compra e apoio técnico. Esses programas possibilitam investimentos em infraestrutura, tecnologia, capacitação e gestão produtiva, essenciais para viabilizar a transformação e agregação de valor na produção familiar. A organização coletiva por meio de cooperativas e associações também é crucial, garantindo maior escala produtiva, poder de negociação e sustentabilidade econômica (MDA, 2012; BUAINAIN et al., 2014).

Do ponto de vista territorial, a agroindustrialização contribui para a diversificação econômica das regiões rurais, reduzindo a dependência da produção in natura e ampliando oportunidades de desenvolvimento regional. Pequenas agroindústrias familiares geram efeito multiplicador na economia local, estimulando cadeias produtivas, fortalecendo mercados internos e promovendo a inclusão social. Além disso, essas iniciativas incentivam práticas ambientalmente responsáveis, promovendo a sustentabilidade e a preservação de recursos naturais, especialmente em áreas ecologicamente sensíveis, como zonas de transição entre biomas ou regiões de proteção ambiental (ALTIERI, 2004; WANDERLEY, 2000).

A agregação de valor na agricultura familiar exige investimentos em tecnologia, inovação, controle de qualidade e gestão eficiente, permitindo que a produção seja competitiva, rentável e sustentável no longo prazo. O estímulo a processos produtivos inovadores, certificações de qualidade e práticas agroecológicas potencializa os benefícios econômicos, sociais e ambientais, aumentando a resiliência das famílias agricultoras frente às oscilações de mercado, às mudanças climáticas e à pressão sobre recursos naturais (BUAINAIN et al., 2014).

Em síntese, a agroindustrialização familiar constitui um instrumento estratégico de transformação econômica, social e ambiental. Ao integrar inovação tecnológica, valorização territorial e fortalecimento comunitário, promove a autonomia das famílias agricultoras, consolida o desenvolvimento rural sustentável e cria condições para a inclusão social e econômica. A implementação bem-sucedida desse modelo requer políticas públicas consistentes, capacitação técnica, investimentos em infraestrutura e organização coletiva, reforçando a agricultura familiar como vetor central para o desenvolvimento rural do Brasil (SILVA, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1993; MDA, 2012).

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Nesse sentido, observa-se que o próprio agronegócio brasileiro, reconhecido mundialmente por sua competitividade e relevância nas exportações, não se consolidou apenas pela força produtiva de seus agentes privados, mas também pela atuação de políticas públicas que viabilizaram seu desenvolvimento. Tais políticas desempenham papel essencial na sustentação do setor, garantindo não apenas ganhos econômicos, mas também impactos sociais e ambientais. Nesse sentido, destacam-se quatro pilares fundamentais: o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural (ATER), o seguro rural e os incentivos fiscais (SANTOS; BÁLSAMOS, 2024).

Essas políticas configuram-se como mecanismos de intervenção estatal que procuram equilibrar a lógica de mercado com a promoção de justiça social e sustentabilidade. Segundo Mendonça et al. (2022), a ação pública no setor agrícola não pode ser entendida apenas como um subsídio econômico, mas como instrumento estruturante para assegurar condições mínimas de competitividade e inclusão de pequenos e médios produtores, tradicionalmente mais vulneráveis às instabilidades do mercado.

- **Crédito Rural**

O crédito rural é considerado uma das principais ferramentas de fomento à produção agrícola, constituindo-se em verdadeira política de Estado no Brasil. Seu objetivo central é disponibilizar recursos financeiros para o custeio da safra, para investimentos em infraestrutura e tecnologia, bem como para a comercialização de produtos (BENTO; VIEIRA FILHO, 2022; SOUZA et al., 2024). Esse mecanismo atua como motor de expansão do setor, permitindo ao produtor acesso a máquinas, insumos modernos e sistemas de irrigação que, de outro modo, estariam fora de seu alcance.

Um exemplo paradigmático é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado para atender especificamente aos agricultores familiares. O programa oferece taxas de juros subsidiadas e condições diferenciadas de pagamento, estimulando a modernização produtiva e ampliando a capacidade de inserção desse segmento no mercado (JESUS, 2023). Conforme ressalta Guimarães (2023), a importância do crédito rural reside não apenas em ampliar áreas cultivadas, mas em potencializar a produtividade e reduzir desigualdades no campo.

O Pronaf é um programa essencial de política pública no Brasil, voltado especialmente

para agricultores familiares. Ele oferece linhas de crédito com juros mais baixos, garantias especiais, financiamentos de custeio e investimento, além de assistência técnica, seguro rural e estímulos para práticas sustentáveis, agroecologia, produção orgânica, entre outros. Esses benefícios permitem ao produtor familiar financiar insumos tais como: sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas, investir em infraestruturas e promover a inclusão social visto que muitos acessos são realizados por mulheres. Portanto, para o pequeno agricultor, o Pronaf não é só uma linha de crédito: ele representa uma porta para produção mais sustentável, maior autonomia, e potencial para desenvolvimento rural.

Em 2024/2025, Sidrolândia captou R\$ 7,9 milhões via Pronaf. Isso representa cerca de 3,65% do valor total liberado no estado de Mato Grosso do Sul, valor muito baixo. No ciclo anterior (2023/2024), esse valor foi de aproximadamente R\$ 9,6 milhões, sendo que houve uma queda de cerca de 21,9% na captação em Sidrolândia, em 2023/2024, mesmo concentrando uma grande parcela de assentamentos dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, os agricultores municipais captam menos de 1% dos recursos do Pronaf destinados ao Estado. No que se refere a uma linha específica de investimento (para implementos usados), dos 4.253 pequenos produtores existentes em Sidrolândia, apenas 67 conseguiram esse tipo de financiamento.

Baseados nestes dados, a conclusão é que embora seja um polo de agricultura familiar, Sidrolândia tem uma pequena participação em acesso ao crédito, indicando barreiras ou dificuldades. Evidencia então que existe uma clara lacuna entre o número de produtores aptos (ou potenciais beneficiários) e aqueles que efetivamente acessam crédito ou investem. Os números revelam que dos 4.253 produtores, só 67 acessaram o crédito em 2024. Os agricultores familiares dos assentamentos de Sidrolândia enfrentam uma série de barreiras que explicam o baixo acesso ao Pronaf, mesmo com o município concentrando cerca de 15% dos assentados do Mato Grosso do Sul. Segundo o site Região News (2025), Sidrolândia é a 8ª colocada em captação de crédito do Pronaf em Mato Grosso do Sul.

Entre os principais fatores estão a burocracia e exigências de documentos, entraves ligados a regularização fundiária, falta de informação ou clareza de como acessar o crédito, demora na análise de projetos faz com que alguns desistam no meio do processo, as restrições cadastrais, falta de assistência técnica continua para a elaboração de projetos produtivos como implantação de hortas, agroindústrias e aquisição de equipamentos, o desânimo, desconfiança e o medo de se endividar são entraves a mais que justificam a baixa adesão no biênio 2023/24.

- **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

A política de crédito, entretanto, perde efetividade quando não é acompanhada de orientação técnica adequada. É nesse contexto que se insere a assistência técnica e extensão rural (ATER), cuja função é orientar os agricultores quanto ao uso eficiente dos recursos, à adoção de práticas sustentáveis e à aplicação de tecnologias inovadoras. Segundo Diesel et al. (2021) e Simões (2021), a ATER constitui instrumento de capacitação permanente, permitindo a difusão de conhecimentos sobre manejo de culturas, conservação do solo e racionalização de insumos.

A ATER é especialmente relevante para a agricultura familiar e para os pequenos produtores, pois oferece suporte técnico que muitas vezes não é acessível por meio da iniciativa privada. Nesse processo, destacam-se instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e os órgãos estaduais de extensão rural, que aproximam a pesquisa científica das práticas cotidianas no campo (NUNES et al., 2020). Mais do que transferir tecnologia, a extensão rural cumpre a função de democratizar o conhecimento e reduzir a assimetria entre grandes e pequenos produtores. A falta de recursos e infraestrutura para a assistência, a baixa escolaridade e renda dos agricultores assentados, são fatores que limitam o acesso à informação e tecnologias junto a concentração da assistência técnica em algumas regiões, e desajustes entre os serviços oferecidos e as necessidades reais do produtor são determinantes para que se acentuem as dificuldades.

- **Seguro Rural**

Outro instrumento fundamental para a manutenção da atividade agrícola é o seguro rural, política pública voltada para mitigar os riscos inerentes à produção. O setor agrícola, por sua natureza, está exposto a adversidades como secas, enchentes, geadas e pragas, que, agravadas pelas mudanças climáticas, comprometem a renda e a segurança alimentar. O seguro rural busca assegurar ao produtor a continuidade de sua atividade mesmo diante de perdas severas.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), gerido pelo governo federal, é exemplo de ação que subsidia parte do valor do prêmio, tornando-o mais acessível aos agricultores (TEIXEIRA et al., 2023). Segundo Moraes et al. (2024), essa política não apenas garante a estabilidade financeira do produtor, mas também exerce um efeito sistêmico positivo ao contribuir para a estabilidade da produção agrícola nacional. Além disso, ao mitigar os riscos de desabastecimento, o seguro rural se conecta diretamente à segurança alimentar do

país (BENAMI et al., 2021; PÉREZ et al., 2024).

- **Incentivos Fiscais**

A política de incentivos fiscais é outro componente relevante do arcabouço de apoio ao agronegócio. Tais medidas envolvem a redução ou isenção de tributos sobre insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, diminuindo custos de produção e estimulando a modernização do setor. Um exemplo emblemático é a Lei Kandir, que isenta de ICMS os produtos primários e semielaborados destinados à exportação, medida que contribuiu para a ampliação da competitividade das exportações brasileiras e para o fortalecimento da balança comercial (BARROS, 2022; TAWFEIQ; SILVA, 2023; LOPES, 2023).

Todavia, como ressalta Torres (2024), a implementação de incentivos fiscais deve ser feita de forma estratégica, de modo a evitar a concentração dos benefícios apenas em grandes produtores. É fundamental que tais políticas sejam desenhadas para alcançar toda a cadeia produtiva, garantindo equidade e fortalecendo os segmentos mais frágeis.

- **Desafios e Perspectivas**

Embora os avanços sejam significativos, ainda persistem obstáculos estruturais. O excesso de burocracia no acesso ao crédito rural, a desigualdade na distribuição dos recursos — que favorece grandes produtores — e a baixa capilaridade dos serviços de ATER em regiões remotas são entraves que precisam ser superados. Além disso, o alcance limitado do seguro rural ainda restringe sua função protetiva, especialmente diante do agravamento das mudanças climáticas.

O fortalecimento do agronegócio brasileiro depende de políticas públicas mais integradas, inclusivas e sustentáveis. O crédito, a ATER, o seguro e os incentivos fiscais não podem ser pensados isoladamente, mas como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento rural que combine crescimento econômico, redução das desigualdades e preservação ambiental. O futuro do setor exige políticas equitativas, eficazes e transparentes, capazes de manter o protagonismo do Brasil no cenário global, ao mesmo tempo em que garantem justiça social e sustentabilidade no campo.

3. A ESTRUTURA AGRÁRIA E O AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO DO SUL

A estrutura agrária do estado de Mato Grosso do Sul apresenta características marcantes que refletem tanto a histórica concentração de terras quanto os desafios contemporâneos relacionados ao uso sustentável e economicamente viável do solo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado ocupa uma área de aproximadamente 357 mil km² e, em um passado recente, foi uma das principais fronteiras agrícolas do país. Destaca-se pela produção de grãos, pecuária, biocombustíveis e, mais recentemente, pela adoção da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) como estratégia de sustentabilidade (IBGE, 2022).

A estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul é marcada por significativa concentração de terras. Dados de 2023 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) indicam que, embora o estado possua cerca de 60 mil estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 1% dos proprietários detêm quase 45% das terras. Essa realidade, que reflete uma característica histórica do Brasil, é um dos fatores que contribui para as desigualdades socioeconômicas tanto da região Centro-Oeste quanto do próprio estado. Grandes latifúndios dedicados à monocultura de soja, milho e pecuária coexistem com pequenas propriedades voltadas à agricultura familiar e à subsistência de famílias numerosas (INCRA, 2023).

O avanço agrícola no estado foi impulsionado principalmente pela expansão do agronegócio, consolidado a partir da década de 1970, durante o período dos governos militares, quando ocorreu a “colonização” e abertura das terras do Centro-Oeste. Um marco dessa política foi a construção da rodovia BR-163, entre 1969 e 1976, cuja inauguração oficial ocorreu em 20 de outubro de 1976, ampliando o escoamento da produção regional.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Mato Grosso do Sul consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um dos maiores produtores de grãos do Brasil, especialmente soja e milho (quadro 1).

Quadro 1 - Quantidade produzida com milho no Brasil em 2023.

Unidade da federação	Produção (Toneladas)	%
Mato Grosso	50.241.972	38,08
Paraná	17.884.646	13,55
Goiás	14.460.846	10,96
Mato Grosso do Sul	13.443.031	10,19
Minas Gerais	8.296.982	6,29
São Paulo	4.846.053	3,67
Rio Grande do Sul	3.960.494	3,00

Bahia	3.097.058	2,35
Piauí	2.752.791	2,09
Santa Catarina	2.586.339	1,96
Maranhão	2.487.084	1,88
Tocantins	2.398.750	1,82
Pará	1.739.135	1,32
Rondônia	1.705.199	1,29
Sergipe	874.463	0,66
Ceará	359.987	0,27
Distrito Federal	313.200	0,24
Acre	139.065	0,11
Roraima	79.774	0,06
Alagoas	71.427	0,05
Espírito Santo	67.475	0,05
Pernambuco	55.709	0,04
Paraíba	41.946	0,03
Rio Grande do Norte	25.880	0,02
Rio de Janeiro	10.458	0,01
Amazonas	8.265	0,01
Amapá	2.217	0,0017
Total	131.950.246	100

Fonte: IBGE- Produção agrícola municipal (2023).

Além de se destacar como um polo de exportação de carne bovina (quadro 2). Em 2020, o estado foi o quinto maior exportador de carne bovina do país, com um rebanho superior a 20 milhões de cabeças e mais de 21 milhões de hectares destinados a pastagens (MAPA, 2021).

Os dados apresentados nos quadros evidenciam a posição de Mato Grosso do Sul em relação às demais unidades da federação, confirmando sua relevância no ranking produtivo brasileiro e consolidando sua importância no cenário econômico nacional como grande exportador de grãos e carne.

Quadro 2 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho unidade da federação (2023).

Unidade da federação	Cabeças	%
Mato Grosso	33.994.004	14,25
Pará	25.040.621	10,49
Goiás	23.729.878	9,94
Minas Gerais	22.498.415	9,43
Mato Grosso do Sul	18.891.916	7,92
Rondônia	18.162.632	7,61
Bahia	13.290.719	5,57
Rio Grande do Sul	12.012.219	5,03
Tocantins	11.313.309	4,74
São Paulo	10.768.360	4,51
Maranhão	10.128.610	4,24
Paraná	8.774.410	3,68
Acre	4.908.956	2,06
Santa Catarina	4.540.794	1,90
Ceará	2.772.173	1,16
Rio de Janeiro	2.765.715	1,16
Pernambuco	2.456.213	1,03
Amazonas	2.377.089	1,00
Espírito Santo	2.179.082	0,91
Alagoas	1.437.589	0,60
Paraíba	1.412.480	0,59
Piauí	1.384.189	0,58
Sergipe	1.294.262	0,54
Roraima	1.181.553	0,50
Rio Grande do Norte	1.173.351	0,49
Distrito Federal	83.061	0,03
Amapá	54.842	0,02
Total	238.626.442	100

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2023)

Esse potencial se confirma no mercado bovino, que vem se mostrando em expansão. Segundo reportagem do G1 (janeiro de 2025), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o estado registrou em 2024 um aumento de 33,73% nas exportações de carne bovina em relação ao ano anterior (MS AUMENTA IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA EM 2024, 2025). Informações do Comércio Exterior (COMEX) apontam ainda que, em janeiro de 2025, a carne bovina

representou cerca de 14% de todos os produtos exportados por Mato Grosso do Sul (COMEX, 2025).

Contudo, essa expansão agrícola não ocorreu sem impactos sociais e ambientais e a cabo ainda não ocorre. O crescimento do agronegócio no estado gerou o deslocamento de populações indígenas e comunidades tradicionais, que historicamente ocupavam regiões que hoje são destinadas à monocultura. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em um relatório de 2020, destaca que as disputas por terra entre produtores rurais e comunidades indígenas, como os Guarani-Kaiowá, são frequentes e têm gerado conflitos violentos em algumas regiões do estado, no município de Sidrolândia na manhã do dia 15 de maio de 2013 na fazenda buriti, o conflito armado causou a morte de um indígena e vários outros feridos. Além disso, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a maior parte das terras indígenas está localizada em áreas de grande interesse agrícola, com solos férteis e grande valorização das terras, o que acirra as tensões e pressiona o governo a implementar políticas de mediação, demarcação e proteção de direitos (FUNAI, 2020).

A questão ambiental também se coloca como um ponto muito importante na análise da estrutura agrária de Mato Grosso do Sul. A ocupação intensiva de terras para o agronegócio, especialmente em áreas de Cerrado e Pantanal, tem causado impactos significativos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) aponta que o desmatamento para abertura de novas áreas de cultivo e a degradação das pastagens têm contribuído para a perda da biodiversidade e o aumento de emissões de gases de efeito estufa. Em um relatório de 2022, o IBAMA indicou que Mato Grosso do Sul é um dos estados brasileiros que mais perderam cobertura vegetal nativa nos últimos 20 anos, sendo o Pantanal a área mais sensível a essas mudanças, especialmente devido às queimadas recorrentes e atuais secas prolongadas (IBAMA, 2022).

A agricultura familiar no contexto da reforma agrária, desempenha um papel fundamental na produção de alimentos no país, embora não exista competitividade produtiva com as monoculturas do agronegócio de larga escala, sofre sérios impactos relativo ao uso de pesticidas em grandes lavouras que ao vento, são trazidos para as produções de hortifrúti, mais a agricultura familiar continua apesar dos percalços e tem sua importância na formação de cidadãos que com árduo trabalho tornam-se essenciais para a produção de alimentos. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mostram que, embora 70% dos estabelecimentos rurais no estado sejam considerados de pequeno porte, eles ocupam menos de 20% das terras agricultáveis. Isso limita o acesso a recursos financeiros e tecnológicos por parte

dos pequenos agricultores, o que compromete a sua competitividade de mercado e sustentabilidade no longo prazo dentro dos pequenos lotes da reforma agrária. (MDA, 2022).

A falta de políticas de crédito agrícola que sejam acessíveis e o pouco acesso a assistência técnica são algumas das barreiras enfrentadas pelos pequenos produtores da agricultura familiar, porém não limitantes. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, tem sido uma das principais fontes de crédito para esse segmento, mas segundo um estudo do Banco Central do Brasil (BCB), menos de 40% dos pequenos produtores rurais de Mato Grosso do Sul acessaram o programa em 2021, o que evidencia a necessidade de ampliação e maior divulgação dessas políticas (Banco Central, 2021).

Além disso, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a reforma agrária e a regularização fundiária é um ponto importante para a redução das desigualdades no campo, e essas atitudes governamentais correm a passos lentos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de famílias sem-terra no estado aumentou nos últimos anos, o que tem intensificado a pressão por uma reforma agrária verdadeira e eficaz. De acordo com a CPT (2022), o acesso à terra é um dos principais fatores de inclusão social no campo e de combate à pobreza rural, destacando a necessidade de ações mais incisivas do governo para promover a redistribuição de terras de forma justa e equilibrada.

Desta forma fica evidente que a estrutura agrária de Mato Grosso do Sul reflete tanto os fatores históricos, quanto os desafios do desenvolvimento agrícola brasileiro. A concentração de terras, os conflitos com comunidades indígenas e a pressão ambiental são aspectos que demandam uma atenção constante por parte do governo e da sociedade civil. No entanto, iniciativas voltadas para a produção agrícola familiar, apoio governamental e a diversificação da produção mostram que é possível buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas. Para isso, é fundamental a implementação de políticas públicas inclusivas e eficazes, que promovam não apenas o acesso à terra, à tecnologia e ao crédito, mais que especialmente para os pequenos agricultores, assegurem uma estrutura agrária mais justa, sustentável e produtiva. Sidrolândia vem se consolidando como referência regional na agricultura familiar, graças ao trabalho desenvolvido no CECAF (Central de Comercialização da Agricultura Familiar), instalado na CEASA, e ao forte apoio oferecido pelos órgãos públicos municipais e estaduais. Em 2024, o município entregou 5.700 toneladas de hortaliças à CEASA produzidas nos assentamentos, movimentando R\$ 15,2 milhões. Somando outros produtos como frutas e ovos, a receita total alcançou R\$ 16,8

milhões, demonstrando assim, que o papel do município e da assistência técnica contribui para suprimir em parte as dificuldades encontradas primeiramente no transporte e comercialização, sendo estes os básicos desafios a serem superados. Com o apoio municipal e estadual o setor segue em pleno crescimento. Sidrolândia está entre os municípios com as maiores taxas de produtividade agrícola familiar do Mato Grosso do Sul. O CECAP não apenas centraliza a produção agrícola da região, como também oferece assistência técnica especializada e atua na negociação dos produtos cultivados nos assentamentos do município.

Paralelo a isto, deve-se ter em mente que a agroindustrialização surge enquanto um conceito que busca viabilizar um setor econômico para facilitar a produção e comercialização de produtos agrícolas e, conseqüentemente, busca consolidar a segurança alimentar, muito também pela busca de prolongamento da validade dos produtos manuseados, unindo os produtores, qualificando seus produtos e agregando valor aos mesmos.

A agroindustrialização é, portanto, um processo que depende de um Sistema Agroindustrial (SAG) onde seus agentes trabalham em conjunto para fornecer auxílio em diferentes etapas de produtivas. Conseqüentemente, pode-se citar os estudos de Pelegrini e Gazolla (2009) que apontam a importância da absorção da agricultura familiar neste processo agroindustrial pelos trabalhos externos prestados. Tendo-se uma visão ampla da importância de Sidrolândia e do Assentamento Eldorado no cenário econômico estadual na produção agrícola familiar, tornando cada produtor um protagonista do processo produtivo, elevando sua condição financeira e social.

3.1. ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR AGROPECUÁRIO DE SIDROLÂNDIA.

A formação histórica do setor agropecuário de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico do estado e à sua posição estratégica no agronegócio brasileiro. Desde sua fundação, em 1942, o município tem aproveitado seu solo fértil e clima favorável para o cultivo de grãos e a pecuária extensiva, consolidando-se como um dos principais polos produtivos da região. Sidrolândia destacou-se historicamente pela produção de soja, milho e cana-de-açúcar, bem como pela criação de bovinos e, mais recentemente, de frangos, fatores que impulsionam sua economia e contribuem de forma significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) local.

A expansão do setor agropecuário no município ocorreu inicialmente com a colonização

das terras e a instalação de fazendas voltadas à pecuária extensiva. A partir da década de 1970, com a intensificação do uso de tecnologias agrícolas e a crescente demanda global por grãos, Sidrolândia passou por uma profunda transformação. O cultivo de soja, por exemplo, passou a ocupar áreas expressivas, beneficiando-se tanto do incentivo de políticas públicas quanto da alta valorização dessa monocultura.

Na atualidade, Sidrolândia é reconhecida pelo destaque na agricultura, especialmente na agricultura familiar. Em 2024, o município liderou o ranking estadual na comercialização de mandioca, enviando 3,4 mil toneladas para a Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (Ceasa/MS). Além disso, ocupa posição de relevância no cenário nacional, sendo considerada a 26ª agricultura mais rica do país, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária. Em termos de faturamento do agronegócio, Sidrolândia alcançou R\$ 3 bilhões, consolidando-se como a terceira agricultura mais rentável do estado, com a soja e o milho representando cerca de 95% desse valor.

Apesar do destaque na produção agrícola, houve uma queda de 31,32% nas exportações, o que posicionou o município na 13ª posição no ranking estadual de exportações. No entanto, Sidrolândia mantém-se como um polo produtivo estratégico, com destaque para a produção de mandioca e o desempenho geral do agronegócio. O apoio à agricultura familiar, por meio do Centro de Apoio à Agricultura Familiar de Sidrolândia (CECAF) e da prefeitura, inclui a oferta de três linhas de transporte que garantem a logística de entrega da produção, fortalecendo a participação dos pequenos produtores no mercado local e estadual.

Sidrolândia também se consolidou como um polo agroindustrial. Indústrias como Seara, frigorífico Balbinos, Coamo e Inpasa Biocombustíveis contribuem significativamente para a economia local, gerando cerca de 500 empregos diretos e aproximadamente 3.000 indiretos. O crescimento da agroindústria evidencia o processo de modernização do setor, com investimentos em fábricas de processamento de alimentos, expansão de unidades industriais e aumento da capacidade produtiva, especialmente na avicultura. Esse movimento não apenas gera empregos, como também agrega valor à produção agropecuária local, fortalecendo a economia do município (Correio do Estado, 2023).

A pecuária continua sendo um elemento central na economia de Sidrolândia. Com condições geográficas e climáticas favoráveis, o município cerca de 800 mil cabeças de gado, contribuindo significativamente para a produção estadual de carne bovina, destinada a mercados internos e externos. A integração entre produção de grãos e pecuária tem se mostrado uma estratégia eficaz para aumentar a eficiência do setor agropecuário, conforme aponta a

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2022).

No entanto, desafios sociais ainda persistem. Grande parte do trabalhador rural dos assentamentos locais atua como mão de obra assalariada nas indústrias do município, deixando seus lotes ociosos durante a semana, frequentemente arrendados para monoculturas. Esse deslocamento diário prejudica a produção local e evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes para os assentados.

A concentração fundiária e os conflitos pela terra são questões históricas que ainda afetam a região. Desde a década de 1980, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm buscado uma distribuição mais justa das terras, resultando na criação de diversos assentamentos, como Eldorado I, Eldorado II e Eldorado Parte, essenciais para a inclusão social no campo. No entanto, esses assentamentos enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura, ao acesso a crédito e à assistência técnica, limitando seu potencial produtivo (Reis, 2009).

O setor agropecuário de Sidrolândia reflete um processo contínuo de modernização e adaptação às demandas do mercado global. O uso de tecnologias avançadas, a diversificação da produção e a expansão da agroindústria têm impulsionado o crescimento do agronegócio, enquanto questões como sustentabilidade, acesso a crédito e assistência técnica continuam a desafiar os produtores assentados locais. O futuro do setor dependerá da capacidade de equilibrar crescimento econômico, preservação dos recursos naturais e justiça social.

Segundo dados do IBGE (2023), Sidrolândia possui uma área total de 5.286,231 km² e uma população estimada de 50.000 habitantes. A agricultura e a pecuária são os principais pilares da economia local, com destaque para a produção de soja, milho, algodão e bovinos. O município está estrategicamente localizado próximo a centros de escoamento, como Campo Grande, o que facilita o transporte e comercialização da produção, consolidando Sidrolândia como um importante polo do agronegócio estadual.

A pecuária de corte, com aproximadamente 800 mil cabeças de gado, ocupa posição central na economia local, contribuindo para o abastecimento interno e para a exportação. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023) destaca que investimentos em melhoramento genético e manejo sustentável visam aumentar a produtividade e garantir a competitividade do setor.

O desenvolvimento agroindustrial, por meio de indústrias de processamento de alimentos e abatedouros, agregou valor à produção local, ampliando mercados e fortalecendo a economia. A Seara Alimentos, por exemplo, é uma referência nacional na avicultura e possui

unidade no município, consolidando Sidrolândia como polo agroindustrial estratégico (Correio do Estado, 2023).

Por outro lado, o crescimento do agronegócio impacta a pequena produção agrícola. Sidrolândia abriga 27 assentamentos rurais, resultado da luta histórica pela reforma agrária. Entre eles, o Assentamento Eldorado se destaca, mas enfrenta limitações de infraestrutura e acesso a crédito, refletindo os desafios persistentes para a agricultura familiar e assentada (Reis, 2009).

O quadro 3 evidencia a relação comparativa da área plantada em Mato Grosso do Sul e em Sidrolândia, demonstrando que o município se mantém ativo e em ascensão no cenário agrícola estadual, consolidando-se como um importante aliado na produção de lavouras temporárias e na estratégia de desenvolvimento do agronegócio regional.

Quadro 3- Área plantada (hectares) –Ano 2023 – Produto das lavouras temporárias no Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Sidrolândia, quadro comparativo.

Produto das lavouras temporárias	MS	Sidrolândia
Abacaxi	240	40
Alfafa fenada	-	-
Algodão herbáceo (em caroço)	29.639	-
Alho	-	-
Amendoim (em casca)	7.013	-
Arroz (em casca)	6.775	-
Aveia (em grão)	26.810	180
Batata-doce	73	2
Batata inglesa	-	-
Cana-de-açúcar	660.722	11.770
Cana para forragem	-	-
Cebola	-	-
Centeio (em grão)	-	-
Cevada (em grão)	-	-
Ervilha (em grão)	-	-
Fava (em grão)	-	-
Feijão (em grão)	11.405	2
Fumo (em folha)	-	-
Girassol (em grão)	1.230	240
Juta (fibra)	-	-
Linho (semente)	-	-
Malva (fibra)	-	-

Mamona (baga)	-	-
Mandioca	52.083	250
Melancia	1.706	24
Melão	35	-
Milho (em grão)	2.395.909	200.800
Rami (fibra)	-	-
Soja (em grão)	3.884.468	251.000
Sorgo (em grão)	128.873	1.000
Tomate	52	3
Trigo (em grão)	48.877	-
Triticale (em grão)	-	-
Total	7.255.910	465.311

Fonte: IBGE - Produção agrícola municipal (2023).

No quadro acima onde os itens não demonstram produtividade representativa, destaco a possibilidade relacionado ao cultivo de alho e da cebola pelos agricultores assentados de Sidrolândia. O clima da região, com inverno seco e temperaturas amenas, são favoráveis ao cultivo, garantindo qualidade e produtividade.

Tanto o alho como a cebola, culturas de alto valor agregado, permitem que pequenos produtores alcancem boa rentabilidade em áreas relativamente pequenas. Além disso, o mercado consumidor é amplo, já que são produtos considerados indispensáveis na cozinha do brasileiro. A produção local pode reduzir a dependência de importações e fortalecer a economia regional. Há também a possibilidade de agregar valor com beneficiamento e comercialização direta em feiras e cooperativas. No quadro abaixo observa-se que mais de 145 mil toneladas de alho são importadas, a maioria vindo da Argentina, a cebola vinda da Índia em 2024 representou aproximadamente 14 mil toneladas. Estamos falando de 2 produtos muito comuns e fáceis de se produzir com grande potencial a ser explorado.

Quadro 4 - Importação de alho no Brasil em 2024

Países	2024 - Valor US\$ FOB	2024 - Quilograma Líquido	%
Argentina	133.294.898,00	102.522.930	70,42
China	48.438.658,00	40.310.000	27,69
Egito	3.556.967,00	1.606.380	1,10
Chile	1.403.775,00	552.460	0,38
Espanha	773.740,00	540.590	0,37
Peru	49.980,00	32.320	0,02
Bolívia	15.194,00	16.100	0,01
Total	187.533.212,00	145.580.780	100

Fonte: MDIC (2024)

Quadro 5- Importação de cebola no Brasil em 2024

Países	2024 - Valor US\$ FOB	2024 - Quilograma Líquido	%
Índia	26.454.971,00	13.780.925	88,85
China	3.258.310,00	1.331.278	8,58
Estados Unidos	1.320.725,00	278.637	1,80
Egito	279.714,00	112.040	0,72
Alemanha	14.892,00	5.050	0,03
México	5.388,00	1.750	0,01
Argentina	60,00	12	
	31.334.060,00	15.509.692	100

Fonte: MDIC (2024)

4. RESULTADO DA REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO ELDORADO

4.1. FAZENDA ELDORADO E ASSENTAMENTO ELDORADO

Como professor atuante em duas escolas rurais do assentamento há mais de 15 anos, o interesse pela comunidade e pelos estudantes, naturalmente levantou questionamentos sobre esses núcleos sociais. A preocupação e até mesmo a curiosidade, estimulou a pesquisa. Não bastava somente a observação, mas também, compreender de onde vem a renda e como é o trabalho destes camponeses.

A Fazenda Eldorado possui um histórico profundamente ligado ao desenvolvimento econômico e social da região de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir de entrevista com uma moradora que vivenciou toda a trajetória da fazenda, desde a infância, passando pela juventude e fase adulta, até ser contemplada com um lote após o processo de desapropriação e venda da propriedade. Atualmente, essa pessoa mora em um lote do Assentamento Eldorado II, onde mantém uma rotina de trabalho em seu sítio, incluindo cuidados com a horta, criação de frangos para subsistência e atividades domésticas.

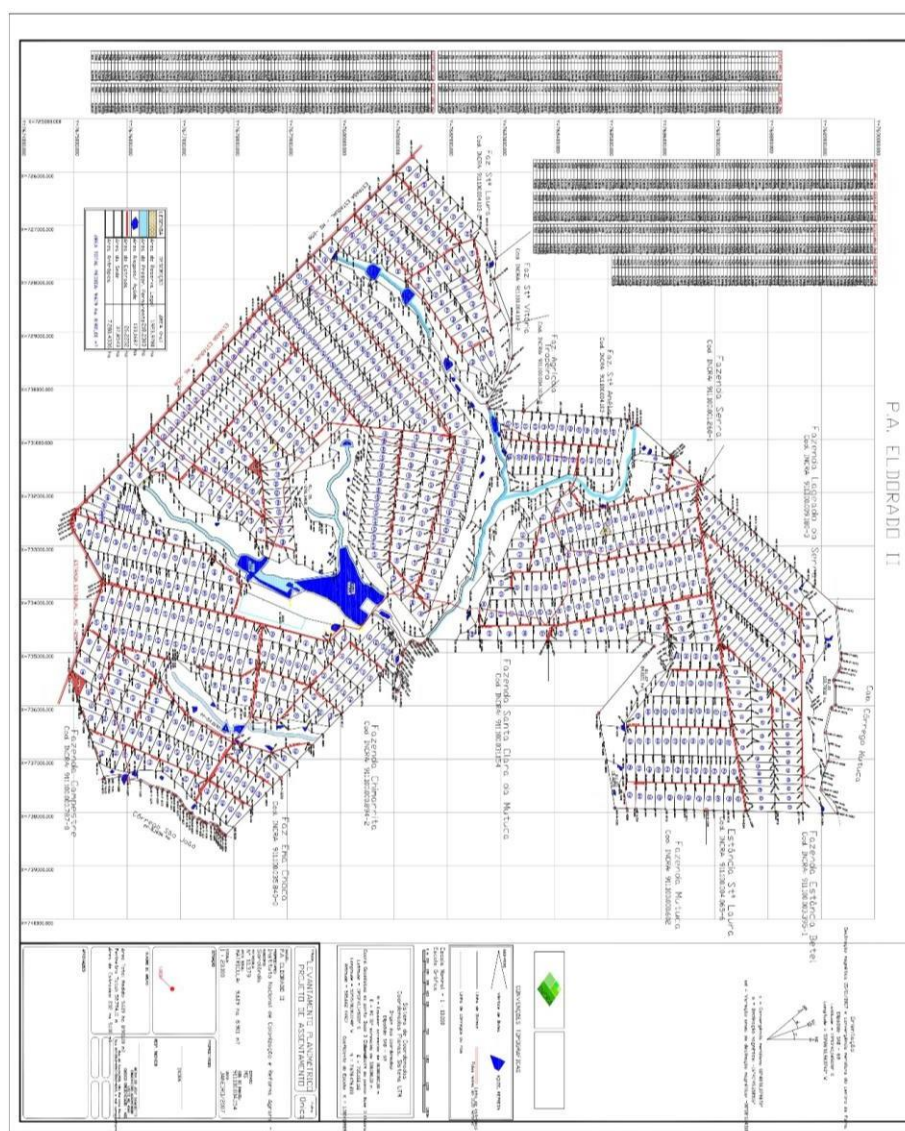
No passado, a entrevistada trabalhou na fazenda nas lidas domésticas e conviveu com a família proprietária, composta por Paulo Eduardo de Souza Firmo, natural do Rio Grande do Norte, e sua esposa Franca Giordanetti de Souza Firmo, de origem italiana. Paulo Firmo, ao casar-se na década de 1970, recebeu do sogro a Fazenda Eldorado, com 28,5 mil hectares, um patrimônio que contava com mais de 20 mil cabeças de gado, mangueiro coberto, barracões, casas para funcionários, lagoas, plantações de eucalipto e uma residência principal com piscina, balaústres importados da França, capela e canil.

O manejo do gado era organizado em retiros distantes da sede, com moradias para funcionários, facilitando o cuidado dos animais até a engorda, quando eram transportados para a sede, onde contavam com estrutura completa para pesagem, embarque e venda. A fazenda empregava cerca de 35 funcionários, divididos por funções, incluindo gerentes, tratoristas, jardineiros, porteiros e cozinheiras (relato de Leila).

Após o falecimento de Paulo Eduardo, sua esposa administrou a fazenda até 2005, quando decidiu vendê-la ao grupo Bertin por R\$ 73,6 milhões. Posteriormente, a propriedade foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por R\$ 256 milhões, valor 106,1 milhões superior à venda anterior, dando início ao processo de criação do Assentamento Eldorado.

O Assentamento Eldorado surgiu na metade dos anos 2000 como parte de políticas de reforma agrária, com o objetivo de redistribuir terras para trabalhadores rurais sem-terra e promover a regularização fundiária em áreas improdutivas. Sidrolândia, com 28 assentamentos e mais de 16 mil habitantes vivendo basicamente da agricultura familiar e de benefícios federais, destaca-se como o segundo município brasileiro com maior número de assentamentos (INCRA, 2020).

Figura 1- Mapa de localização do Assentamento Eldorado, Sidrolândia (MS)



A implementação do assentamento enfrentou desafios significativos em seu processo inicial, durante a abertura dos lotes a falta das infraestruturas básicas, foi um fator determinante para as famílias se fixarem. A desapropriação foi conduzida pelo INCRA, com base no princípio constitucional da função social da terra, que permite a desapropriação de áreas improdutivas ou

que não cumpram seu papel social (BRASIL, 1988; INCRA, 2020).

Após a divisão de lotes, cada família assentada recebeu aproximadamente 9,5 hectares, totalizando 2.400 famílias (SIPRA/INCRA, 2006). O modelo de assentamento adotado possui caráter multifuncional, visando não apenas a redistribuição fundiária, mas também o desenvolvimento integrado da agricultura familiar. As famílias receberam inicialmente crédito-instalação e crédito-fomento, voltados à construção de moradias, início da produção agrícola e pequenos investimentos (INCRA, 2004).

Figura 2 – Entrada Eldorado



Fonte: Autor, 2025

Após a desapropriação, o INCRA realizou os estudos de viabilidade e o projeto de divisão fundiária, criando lotes destinados a famílias de trabalhadores rurais organizados, majoritariamente vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conforme registrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA, o Assentamento Eldorado foi oficialmente criado em 06 de dezembro de 2006, com a destinação de 2.400 famílias, cada uma recebendo lotes de aproximadamente 9,5 hectares.

Segundo dados da AGRAER (2021), os assentados passaram a desenvolver uma agricultura diversificada, com destaque para hortaliças, milho, mandioca, feijão e pequenas

criações de gado leiteiro e suínos. A comercialização ocorre em mercados locais, feiras e programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que priorizam a compra de produtos da agricultura familiar.

O assentamento se beneficia da proximidade com Campo Grande e do apoio técnico prestado pela AGRAER e pela prefeitura, que oferecem capacitação, assistência técnica e projetos de extensão rural. Esse suporte é essencial para aprimorar o manejo do solo, técnicas de cultivo e gestão das propriedades, promovendo sustentabilidade e geração de renda (AGRAER, 2021).

Apesar desses avanços, desafios estruturais persistem. A infraestrutura básica, como acesso à água potável, estradas e armazenamento, era insuficiente nos primeiros anos, dificultando o transporte e comercialização. A regularização fundiária também avança lentamente, com poucos assentados recebendo títulos definitivos até 2024, o que limita o acesso a linhas de crédito mais robustas para investimentos de longo prazo (INCRA, 2020).

Do ponto de vista ambiental, o Assentamento Eldorado está situado em uma área de transição entre o Cerrado e o Pantanal, exigindo atenção ao uso sustentável do solo e preservação de recursos naturais. O IBAMA e outras entidades ambientais acompanham as práticas agrícolas, incentivando sistemas agroflorestais e métodos de conservação do solo, buscando compatibilizar produção e preservação ambiental (IBAMA, 2021).

A criação do primeiro assentamento em Sidrolândia ocorreu na Fazenda Capão Bonito, onde antes funcionava a propriedade da companhia norte-americana Brasil Land and Paching Company, posteriormente arrendada a um dos maiores latifundiários daquele período em Mato Grosso do Sul, Lúdio Coelho, cuja atividade principal era a criação de gado. A desapropriação da área aconteceu após cinco anos de intensas lutas, desencadeando um processo de reforma agrária que, ao longo dos anos, resultou na formação de 28 assentamentos em todo o município.

Entre eles, destacam-se: Capão Bonito (1989); Capão Bonito II (1997); São Pedro (1997); Vista Alegre (1999); Vacaria (2000); Jiboia (2000); Capão Bonito III (2000); Geraldo Garcia (2000); Santa Terezinha (2001); Terra Solidária (2003); Valinhos (2003); Terra Solidária II (2004); Alambari (FAF, CUT, FETAGRI – 2005); Eldorado II (2005); Eldorado I (João Batista, Che Guevara, APAGE – 2005); Barra Nova I (2005); Altemir Tortelli (2005); Barra Nova II (2006); Santa Lúcia (2006); Nazareth (2013). Além dos Independentes, organizados em dois desses assentamentos de forma autônoma, fora das organizações campesinas.

Somados, esses projetos de reforma agrária representam mais de 5.400 lotes, consolidando Sidrolândia como um dos municípios de maior relevância para a luta pela terra em Mato Grosso do Sul.

Segundo o Censo do IBGE (2022), Sidrolândia possuía 47.118 habitantes, dos quais 32.436 (69%) residiam na área urbana e 14.682 (31%) em áreas rurais. Esse dado evidencia a importância da agricultura familiar e dos assentamentos no modo de vida de parte significativa da população local e também do comércio.

Entre os assentamentos, destaca-se o Assentamento Eldorado, considerado uma das áreas mais emblemáticas da reforma agrária no estado. Localizado a cerca de 50 km de Campo Grande, 178 km de Dourados e 30 km da sede municipal, o Eldorado faz parte de um complexo territorial de assentamentos em Sidrolândia.

Sua origem está diretamente ligada às reivindicações camponesas e às intensas lutas pela terra que marcaram a história da reforma agrária brasileira nas últimas décadas, tornando-se um símbolo da reforma agrária estadual e da organização social no campo sul-mato-grossense.

Atualmente, o Assentamento Eldorado combina aspectos históricos, sociais, econômicos e ambientais, servindo de exemplo de como a reforma agrária, quando aliada à assistência técnica e à integração de políticas públicas, pode gerar desenvolvimento rural sustentável e fortalecer a agricultura familiar, mantendo sua relevância para o município e para o estado de Mato Grosso do Sul.

O quadro temporal da Fazenda Eldorado apresenta os principais marcos históricos do processo de desapropriação, criação dos assentamentos e consolidação da reforma agrária na região de Sidrolândia-MS. Em 2005, o Governo Federal adquiriu a antiga fazenda, iniciando o Projeto Eldorado I, que contemplava cerca de 6.319 hectares e capacidade para 412 famílias. No mesmo ano, foram formalizados os assentamentos Eldorado I e, posteriormente, Eldorado II, ampliando a área e beneficiando 777 famílias.

Posterior à criação, os assentados enfrentaram dificuldades de infraestrutura, com casas parcialmente construídas e famílias vivendo em barracos provisórios. Avanços importantes ocorreram com a criação da Escola de Ensino Médio Estadual Paulo Eduardo de Souza Firmo em 2010, oferecendo educação no assentamento, e com a ocupação organizada da Agrovila do Grande Eldorado em 2015, que estabeleceu lotes e regras claras de uso da terra, hoje com potencial comércio.

Quadro 6 - Quadro histórico temporal Fazenda Eldorado

Data	Evento
15 de abril de 2005	Aquisição da antiga Fazenda Eldorado pelo Governo Federal dando início ao Projeto Eldorado I, com cerca de 6.319 ha e capacidade para 412 famílias.
15 de julho de 2005	Formalização do assentamento Eldorado I em Sidrolândia-MS .
27 de dezembro de 2005	Criação oficial do Projeto de Assentamento Eldorado II via Portaria nº 45, abrangendo a área da fazenda Eldorado e contemplando 777 famílias .
16 de dezembro de 2008	Câmara Municipal debate situação precária dos assentados apenas cerca de 80 casas semi-prontas entre as 770 planejadas pelo Eldorado I, e famílias ainda vivem em barracos de lona .
29 de julho de 2010	Estado autoriza a criação da Escola Estadual Paulo Eduardo de Souza Firmo no Assentamento Eldorado, através de decreto publicado em 28/07/2010 .
17 de julho de 2015	Cerca de 650 assentados ligados a movimentos sociais iniciam ocupação na área da agrovila (60 ha), próxima ao Capão Seco, criando lotes e infraestrutura inicial .
2 de agosto de 2015	Realização de assembleia formal com fundação da Associação “Agrovila do Grande Eldorado – Cidade Vida” e divisão de 512 lotes, com regras claras para ocupação
25 de novembro de 2021	O Incra entrega 235 títulos de propriedade e 36 CCUs a famílias do Eldorado I, num ato realizado em escola local .
3 de maio de 2024	Entrega de mais 31 títulos de domínio e 20 CCUs via Incra/MDA/Prefeitura, regularizando a maioria dos 70 lotes em Eldorado Parte após cerca de 18 anos .

Fonte: PESQUISA DE CAMPO. Dados coletados junto a agricultores do Assentamento Eldorado, Sidrolândia-MS, 2025.

A regularização fundiária, outro marco significativo, avançou progressivamente: em 2021, foram entregues 235 títulos de propriedade e 36 CCUs, e em 2024, mais 31 títulos e 20 CCUs foram concedidos, formalizando grande parte das propriedades após quase duas décadas de mobilização. O quadro temporal evidência tanto os desafios quanto os progressos do assentamento, retratando a trajetória de transformação social e produtiva da antiga Fazenda Eldorado.

4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E SUA OPERACIONALIZAÇÃO MUNICIPAL

A agricultura familiar é reconhecida como um setor estratégico para a segurança alimentar e para o desenvolvimento econômico sustentável dos municípios brasileiros, desempenhando papel essencial na geração de emprego, renda e na manutenção de práticas agrícolas ambientalmente responsáveis (BRASIL, 2006). Em Sidrolândia-MS, a agricultura familiar não apenas abastece mercados internos, mas também contribui para a diversificação econômica do município, sendo fortalecida por um conjunto de políticas públicas cujo sucesso depende da capacidade de gestão e articulação da administração municipal. Nesse contexto, o poder público local atua como mediador das diretrizes nacionais, transformando-as em resultados concretos para os agricultores, facilitando o acesso a crédito, assistência técnica e mercados institucionais (OBGEO-UFMS, 2025).

4.2.1. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a principal política de crédito rural voltada ao segmento familiar, com o objetivo de financiar custos de produção, investimentos em infraestrutura e comercialização da produção (SDA, 2024). Em Sidrolândia, o PRONAF representa uma ferramenta estratégica para o fortalecimento dos pequenos produtores, especialmente aqueles inseridos em assentamentos rurais, como Eldorado I e II. O programa disponibiliza diversas linhas de crédito: o PRONAF Custeio, destinado à aquisição de insumos; o PRONAF Mais Alimentos, voltado a investimentos em máquinas, armazenagem e modernização; e o PRONAF Florestas Produtivas, destinado à recuperação de áreas degradadas. Todas as linhas são oferecidas com juros subsidiados, tornando o acesso mais viável para os agricultores familiares (OBSERVA-GEO-UFMS, 2025).

A operacionalização do PRONAF no município é mediada pela gestão local, com suporte da Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário e Rural (AGRAER), que auxilia os produtores na elaboração dos projetos técnicos exigidos pelos agentes financeiros. Dessa forma, o êxito do programa em Sidrolândia está diretamente associado à eficiência da articulação municipal e estadual, demonstrando que o acesso ao crédito é tanto uma questão de políticas públicas quanto de capacidade administrativa local (SDA, 2024; OBSERVA-GEO-UFMS,

2025).

Sidrolândia apresenta um cenário de contrastes. O município, apesar de ter uma das maiores estruturas de agricultura familiar no estado, com mais de 4.300 lotes de reforma agrária e 3.300 propriedades familiares, registrou uma baixa adesão ao programa.

De acordo com relatórios do Banco Central, Sidrolândia captou apenas R\$ 7,9 milhões do total de R\$ 217 milhões liberados para Mato Grosso do Sul, o que representa somente 3,65% do valor total e 4% do número de contratos no estado. Essa baixa adesão fez com que Sidrolândia ficasse na 8ª posição no ranking estadual de captação de crédito, atrás de municípios como Dourados e Ponta Porã. O valor contratado em 2024/2025 também representa uma queda de 21,9% em relação ao ciclo anterior, quando foram liberados R\$ 9,6 milhões.

Essa baixa captação de crédito contrasta com a realidade socioeconômica do município. Dados do Cadastro Único indicam que muitas famílias vivem em situação de pobreza ou abaixo da linha da miséria, muitas delas complementando a renda com programas sociais. A falta de acesso a linhas de crédito subsidiado e a ausência de assistência técnica especializada são apontadas como fatores que levam a mais da metade dos assentados a arrendar suas terras para a produção de soja e milho por terceiros, em vez de investir na produção própria.

4.2.2 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado para articular a compra de produtos da agricultura familiar com a doação simultânea a grupos em situação de insegurança alimentar, funcionando como um instrumento que promove renda e combate à fome. Entre suas modalidades, a Compra com Doação Simultânea (CDS) é a de maior adesão em Sidrolândia (CONAB, 2024).

O impacto do PAA no município é duplo: por um lado, garante renda estável aos agricultores familiares; por outro, contribui para a segurança alimentar de populações vulneráveis. A execução do programa é realizada em parceria com os governos estadual e federal, envolvendo cooperativas e associações de assentamentos rurais em chamadas públicas. Em 2024, Sidrolândia entregou 5.700 toneladas de hortaliças à CEASA/MS, movimentando R\$ 15,2 milhões, com receita total de R\$ 16,8 milhões, registrando crescimento de 11,8% em relação a 2022 (OBSERVA-GEO-UFMS, 2025). O sucesso do programa depende de uma gestão municipal eficiente, capaz de diagnosticar a produção local, mapear a população em vulnerabilidade e integrar os agricultores às políticas públicas (CONAB, 2024).

4.2.3 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma política consolidada no Brasil, regulamentada pela Lei nº 11.947/2009, que estabelece a obrigatoriedade de destinar, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à compra direta de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2024).

Em Sidrolândia, a gestão municipal atua proativamente para garantir o cumprimento dessa cota, envolvendo pequenos produtores em contratos de fornecimento de frutas, legumes e verduras para a merenda escolar. Em março de 2025, trinta e um assentados e mais de cem agregados, organizados em associações e cooperativas, assinaram contratos que projetam um faturamento anual superior a R\$ 1,8 milhão (OBSERVA-GEO-UFMS, 2025). A prefeitura, com o suporte de nutricionistas, realiza chamadas públicas, negocia diretamente com os agricultores e coordena a aquisição, assegurando alimentação saudável aos estudantes e renda constante aos produtores. O cumprimento da cota do PNAE demonstra, portanto, o compromisso da administração municipal com o desenvolvimento rural local e a valorização da agricultura familiar (FNDE, 2024; OBSERVA-GEO-UFMS, 2025).

4.2.4. PROAPE – Programa de Avanço na Pecuária e Outras Iniciativas Estaduais

O PROAPE (Programa Estadual de Avanço na Pecuária), diferentemente de programas homônimos de outros estados, é uma iniciativa de Mato Grosso do Sul voltada para o melhoramento genético de rebanhos, aumento da eficiência no manejo de pastagens e incentivo a práticas modernas na pecuária de corte e leite (OBSERVA-GEO-UFMS, 2025). Sidrolândia, como um dos maiores polos pecuários do estado, é diretamente impactada pelo programa.

Entretanto, a atividade leiteira familiar enfrenta desafios significativos, como baixos preços de mercado e altos custos de produção, levando muitos assentados a arrendar suas terras para monoculturas de soja e milho, o que esvazia atividades típicas da agricultura familiar (OBSERVA-GEO-UFMS, 2025). Este cenário evidencia a complexidade da atuação municipal, que deve integrar políticas federais de fortalecimento da agricultura familiar com programas estaduais que, embora voltados à modernização da pecuária, podem influenciar indiretamente as decisões produtivas e a estrutura fundiária local.

4.3. A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NO ASSENTAMENTO ELDORADO

A dimensão econômica do Assentamento Eldorado constitui-se como um elemento central para a compreensão de sua dinâmica social e produtiva. Apesar de a reforma agrária representar um avanço significativo no acesso à terra, os desafios relativos à geração de renda e à sustentabilidade econômica ainda são marcantes. Parte considerável dos assentados não exerce atividades agrícolas de caráter comercial, limitando-se a pequenas criações, como galináceos e vacas leiteiras, destinadas ao autoconsumo familiar, ou mesmo optando pelo arrendamento de seus lotes para a monocultura. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas mais efetivas que promovam o fortalecimento da agricultura familiar e assegurem a autonomia econômica dos beneficiários.

Nesse contexto, a organização coletiva tem se mostrado um caminho estratégico. Diversas famílias do assentamento estruturaram associações e cooperativas, que desempenham papel fundamental não apenas na comercialização da produção, mas também na busca por melhorias de infraestrutura e na implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento rural. Um exemplo emblemático é a COOPFAP – Cooperativa Mista Familiar da Agricultura e Pecuária, localizada no lote 203 do Assentamento Eldorado. Essa cooperativa tem contribuído para o escoamento da produção, a compra coletiva de insumos e a redução de custos, aumentando a competitividade dos produtos no mercado.

A COOPFAP reúne atualmente 32 cooperados, responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas como goiaba, maracujá, abacaxi, acerola, manga e morango, utilizadas no processamento agroindustrial.

Figura 3 – Organização econômica com o plantio de hortaliças



Fonte: Geovane Santos, 2025

Figura 4 – Organização econômica com o plantio em Eldorado



Fonte: Geovane Santos, 2025

A cooperativa possui certificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e é detentora do Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar (SIPAF), que garante ao consumidor a origem e autenticidade dos produtos da agricultura familiar. Além disso, a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica) permite sua atuação comercial tanto em mercados institucionais quanto privados, em âmbitos

municipal, estadual e nacional.

Paralelamente à agricultura, outras iniciativas econômicas vêm sendo desenvolvidas no Assentamento Eldorado, como a produção de mel, o turismo rural e a agroindústria familiar. Tais práticas constituem alternativas importantes para a complementação da renda das famílias e para a diversificação produtiva. Todavia, a consolidação dessas atividades ainda enfrenta entraves, sobretudo pela carência de infraestrutura adequada e pelo lento processo de consolidação da agroindustrialização.

O processo de agroindustrialização, em particular, configura-se como uma estratégia promissora de desenvolvimento econômico e social. Ao transformar a produção agrícola em mercadorias com maior valor agregado, esse processo contribui para a elevação da renda das famílias assentadas e amplia a inserção dos produtos locais em diferentes mercados. Assim, a agroindustrialização fortalece o caráter camponês da agricultura praticada no assentamento, ao mesmo tempo em que promove a valorização do trabalho e da identidade dos agricultores.

Nesse sentido, o Assentamento Eldorado representa um exemplo expressivo dos dilemas e das possibilidades da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Se, por um lado, a distribuição de terras possibilitou o acesso a recursos produtivos e abriu espaço para experiências coletivas de organização, por outro, a ausência de políticas públicas mais eficazes e a insuficiência de infraestrutura limitam o pleno alcance de sua viabilidade econômica e social. A articulação entre as esferas governamentais, o fortalecimento das organizações coletivas e a participação ativa das famílias assentadas são fatores determinantes para consolidar esse processo.

Por fim, a importância da agroindustrialização no Assentamento Eldorado pode ser melhor compreendida à luz dos dados apresentados na quadro 7, que evidência a diversidade de iniciativas voltadas à agregação de valor e à dinamização econômica do território.

Quadro 7 - Relação Agroindústrias nos Assentamentos do Complexo Eldorado em Sidrolândia/MS

EMPREENDIMENTO DE PANIFICAÇÃO	AGRICULTORA (OR) RESPONSÁVEL	ENDEREÇO/ASSENTAMENTO /LOTE
Panificadora T	A	Assentamento Alambari Fetagri,
Panificadora JR	B	Assentamento Alambari Fetagri,
Pão Caseiro Rural	C	Assentamento Alambari Fetagri
AGROINDÚSTRIAS DE DOCES E QUEIJOS	AGRICULTORA (OR) RESPONSÁVEL	ENDEREÇO
Doces Cristal	D	Assentamento Flórida,
Jota Doces	E	Assentamento Alambari Fetagri,

Delícias da F	F	Assentamento Santa Terezinha,
Queijo frescal	G	Assentamento Capão Bonito II, lote
Agroindústria a Camponesa	H	Assentamento Jiboia – Núcleo Urbano

Quadro 7 - Relação Agroindústrias nos Assentamentos do Complexo Eldorado em Sidrolândia/MS

AGROINDÚSTRIA DA MANDIOCA	AGRICULTORA (OR) RESPONSÁVEL	ENDEREÇO
Mandioca Dourada	I	Assentamento Eldorado II.
Produtos Conquista	J	Assentamento Eldorado II.
Produtos da Zefa	K	Assentamento Alambari FAF.
Agroindústria Três Ipês	L	Assentamento Alambari CUT.
Agroindústria Sabor do Campo	M	Assentamento Capão Bonito II.
Agroindústria Família	N	Assentamento Santa Lúcia.
Agroindústria Mandioca Santa Lúcia	O	Assentamento Santa Lúcia, lote xx
Agroindústria de Colorau RJ	P	Assentamento Eldorado Parte.
Agroindústria A	Q	Assentamento Jiboia.
Agroindústria Divino Sabor	R	Assentamento Flórida.
Mandioca congelada /panificados	S	Assentamento Triângulo.
Mandioca e vegetais congelados	T	Assentamento Barra Nova.

Fonte: Vigilância Sanitária; Sidrolândia 2025.

4.4. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO ASSENTAMENTO ELDORADO

A organização produtiva pode ser entendida como o conjunto de estruturas e processos necessários para a transformação de matérias-primas em produtos acabados, dentro de um sistema econômico. No contexto de Sidrolândia, a organização produtiva está diretamente ligada à agroindustrialização, um processo que busca agregar valor à produção agrícola e pecuária por meio da transformação de produtos primários em alimentos processados, derivados ou industrializados. Esse modelo não apenas gera empregos diretos na agroindústria, como também dinamiza a economia local, fortalecendo cadeias produtivas e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a industrialização local tem o potencial de promover a integração entre o campo e a cidade, ao criar demandas por insumos, tecnologia e serviços que geram uma sinergia positiva entre as atividades econômicas. No caso de Sidrolândia, isso significa que as cadeias produtivas ligadas à soja, milho e pecuária bovina, por exemplo, não estão apenas ligadas à produção agrícola em

si, mas também ao processamento industrial de alimentos, rações, biocombustíveis e outros produtos derivados (MAPA, 2023).

A estrutura produtiva do Assentamento Eldorado, localizado em Sidrolândia-MS, é caracterizada por um frágil equilíbrio entre a produção para subsistência das famílias e a atividade comercial, destinada à geração de renda. Com lotes de pouco mais de 9,5 hectares (aproximadamente 24 alqueires paulistas), os assentados enfrentam uma série de desafios estruturais que moldam e, muitas vezes, limitam suas escolhas produtivas.

O principal obstáculo é a escassez hídrica. A falta de água para irrigação, crucial para a viabilidade de culturas mais lucrativas como hortaliças e frutas, é um fator determinante. Esta limitação tornou a pecuária leiteira uma opção quase impositiva para a maioria das famílias. A atividade leiteira, menos dependente de irrigação intensiva e com um mercado de comercialização estabelecido, surge como uma das poucas alternativas viáveis para agregar renda de forma constante, ainda que exija dedicação diária e ofereça margens de lucro estreitas.

Outro desafio significativo é a fertilidade do solo. Os solos da região frequentemente demandam correção (calagem e adubação) para se tornarem plenamente produtivos. O alto custo dos insumos agrícolas coloca esse investimento fora do alcance de muitas famílias, criando um ciclo de baixa produtividade.

É neste contexto de dificuldades que surge um fenômeno preocupante: o arrendamento de lotes. Proprietários de grandes áreas e empresas do agronegócio buscam no assentamento terras para expandir a monocultura de *commodities*, principalmente soja e milho. Eles encontram terreno fértil em assentados desmotivados pela falta de apoio e empobrecidos, distantes do sonho de prosperidade que a reforma agrária prometia. O resultado é que o Eldorado se transforma em um mosaico de lotes individuais, onde a agricultura familiar tenta coexistir com vastas extensões de monoculturas arrendadas, um modelo que concentra renda e pode levar à degradação do solo no longo prazo.

Apesar desse cenário desafiador, emergem histórias de resistência e sucesso. Um número, ainda que minoritário, de agricultores familiares aguerridos consegue se sobressair. Muitas vezes com acesso a políticas públicas pontuais (como programas de aquisição de alimentos - PAA e PNAE) ou assistência técnica dedicada, eles diversificam a produção e encontram nichos de mercado.

Destaque para a produção de hortaliças, que é significativa e de grande importância regional. Sidrolândia, impulsionada pela produção de assentamentos como o Eldorado, é hoje um dos principais fornecedores do CEASA/MS (Centro de Abastecimento de Mato Grosso do

Sul) em Campo Grande, abastecendo a capital com alimentos frescos. Esta produção, no entanto, é majoritariamente concentrada nas mãos desses agricultores mais capitalizados e que conseguiram superar a barreira da irrigação, muitas vezes através de poços artesianos ou acesso a córregos.

A falha dos órgãos públicos em oferecer um suporte universal e eficaz – incluindo assistência técnica extensiva, acesso a crédito subsidiado (como o Pronaf) e projetos de irrigação coletiva – é a raiz da desigualdade dentro do assentamento. Enquanto o apoio não for democratizado, o Eldorado continuará a refletir as contradições da reforma agrária no Brasil: um espaço de luta, onde a resistência da agricultura familiar convive com a pressão constante do agronegócio.

4.4.1. Indústrias e Cooperativas

A agricultura familiar constitui-se como um dos principais motores do desenvolvimento rural sustentável, tanto em nível nacional quanto local. No município de Sidrolândia (MS), esse setor tem se consolidado como elemento essencial para a geração de renda, a segurança alimentar e a permanência das famílias no campo. Em 2023, a produção comercializada por meio do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), vinculado à CEASA em Campo Grande, alcançou a marca de R\$ 4.488.547,98. Esse montante refere-se apenas às transações realizadas no entreposto, sem contabilizar outras formas de comercialização, como feiras livres, vendas diretas em mercados municipais e negociações internas dos assentamentos, o que eleva de forma significativa a contribuição econômica do setor (PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA, 2024).

A relevância da agricultura familiar em Sidrolândia também se expressa na diversificação da produção. Em 2023, foram comercializados mais de 55 tipos de produtos agrícolas, o que demonstra não apenas a capacidade produtiva, mas também a estratégia de diversificação como forma de reduzir riscos de mercado e atender às diferentes demandas do consumo urbano. Nesse processo, políticas públicas municipais desempenham papel central, assegurando o fornecimento de insumos, o preparo do solo e, sobretudo, o transporte da produção até os centros de distribuição da capital. Esse apoio logístico se configura como elemento decisivo para que pequenos produtores alcancem o mercado regional em condições competitivas (PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA, 2024).

O desempenho em 2024 reforçou a tendência de crescimento. Somente no

abastecimento da CEASA, foram entregues 5.700 toneladas de hortaliças, movimentando R\$ 15,2 milhões. Quando considerados outros produtos, como frutas e ovos, o faturamento totalizou R\$ 16,8 milhões. A mandioca destacou-se como carro-chefe, com mais de duas mil toneladas, consolidando Sidrolândia como o maior produtor do estado de Mato Grosso do Sul. Esse resultado representou um crescimento de 11,80% em relação ao ano de 2022, posicionando o município entre os líderes estaduais em produtividade agrícola (PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA, 2025).

A mandioca, além de sua relevância cultural e histórica no Brasil, possui expressivo valor econômico. Em 2024, Sidrolândia respondeu por 3.400 toneladas comercializadas nas Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul, o que correspondeu a mais de 50% do total estadual. Esse desempenho superou municípios como Jaraguari e Terenos, reafirmando a posição de liderança de Sidrolândia na cadeia produtiva da mandioca. Esse resultado é fruto da combinação de fatores, como o acesso a insumos subsidiados, a qualidade do solo local e o fortalecimento da logística municipal (CEASA/MS, 2025).

Outro ponto que merece destaque é o papel da agricultura familiar na diversificação das cadeias produtivas locais. Além da mandioca e das hortaliças, a produção de soja apresentou avanços expressivos. A safra 2024/2025 resultou em 816.536,21 toneladas, com aumento de 23,41% em relação ao ciclo anterior. Esse crescimento foi acompanhado pela ampliação de 7,16% na área plantada e de 2,75% na produtividade, posicionando Sidrolândia como o terceiro maior polo estadual de produção de soja (REGIÃO NEWS, 2025).

Além dos cultivos tradicionais, observa-se a expansão de novas fronteiras produtivas, como a citricultura. Em 2025, o município já contabilizava cerca de 130 hectares de laranjeiras em produção e mais de 3.000 hectares em implantação, apontando para a consolidação de Sidrolândia como polo citrícola no estado. Tal investimento representa não apenas uma alternativa econômica, mas também um processo de diversificação agrícola, capaz de ampliar mercados e reduzir a dependência de monoculturas (PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA, 2025).

A dimensão social também não pode ser negligenciada. A agricultura familiar é reconhecida como a maior geradora de empregos no campo no Brasil, sendo responsável por parcela significativa da produção de alimentos consumidos internamente. Em Sidrolândia, a atividade tem desempenhado papel fundamental no fortalecimento da economia solidária, promovendo inclusão social e assegurando a permanência das famílias nas áreas de assentamento. Trata-se, portanto, de um setor estratégico para a economia local e estadual, cujos

impactos se estendem à segurança alimentar, à sustentabilidade e à coesão social (AGÊNCIA MS, 2025).

4.4.2. Cadeia Produtiva

A industrialização local em Sidrolândia, portanto, não é apenas um processo econômico, mas também social e ambiental. A organização produtiva da região, ao combinar a modernização da produção agrícola com a inclusão social e a preservação ambiental, pode servir de modelo para outros municípios que buscam crescer de maneira sustentável e inclusiva.

A organização produtiva em Sidrolândia-MS reflete uma cadeia de valor complexa e interconectada, que vai desde a produção agrícola primária até o mercado consumidor. Cada etapa dessa cadeia é crucial para o sucesso do setor agropecuário local, que se baseia na integração entre agricultura, pecuária e agroindústria para gerar emprego, renda e promover o desenvolvimento econômico sustentável. Ao analisar cada fase da cadeia produtiva, fica evidente que o êxito desse processo depende da interação eficaz entre os diferentes agentes envolvidos — produtores rurais, cooperativas, empresas de insumos, agroindústrias, transportadoras e mercados.

A produção agrícola primária é o ponto de partida para toda a cadeia, sendo fundamental garantir que as tecnologias e práticas adotadas nessa fase estejam alinhadas com as demandas do mercado e as exigências ambientais. A modernização da agricultura em Sidrolândia, com o uso de máquinas agrícolas e técnicas como o plantio direto e o manejo integrado de pragas, tem contribuído para aumentar a produtividade e reduzir os impactos ambientais.

A etapa de fornecimento de insumos é igualmente crucial para assegurar que os produtores tenham acesso a sementes de alta qualidade, fertilizantes eficientes e assistência técnica necessária para maximizar a produtividade. O fornecimento de máquinas agrícolas modernas e acessíveis também deveria ser um ponto de destaque, permitindo que pequenos e médios produtores adotem práticas mais eficientes e de rápido preparo do solo. Essa modernização é apoiada por políticas públicas, que fornece linhas de crédito com condições especiais para a aquisição de insumos e maquinário agrícola, embora que para o pequeno agricultor seja uma realidade um tanto distante.

Na fase de transformação agroindustrial, a atuação de empresas como a Seara Alimentos é essencial para a adição de valor aos produtos primários. O processamento de grãos e carnes em produtos de maior valor agregado permite que Sidrolândia amplie sua participação em

mercados nacionais e internacionais, gerando empregos e fortalecendo a economia local. A integração de práticas sustentáveis, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), reforça o compromisso com a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade.

A distribuição e logística também representam um desafio estratégico. Embora Sidrolândia tenha uma localização favorável próxima a centros consumidores importantes, as condições de infraestrutura ainda precisam de melhorias significativas. A Prefeitura de Sidrolândia tem trabalhado na manutenção de estradas vicinais e na melhoria da logística de transporte, mas investimentos contínuos são necessários para garantir o escoamento eficiente da produção, especialmente em períodos de alta demanda ou condições climáticas adversas.

A comercialização dos produtos de Sidrolândia é facilitada tanto por empresas privadas quanto por programas governamentais. A exportação de carne e grãos para mercados internacionais tem consolidado a posição do município como um importante player no agronegócio global. Ao mesmo tempo, programas como o PNAE e o PAA garantem que uma parcela significativa da produção da agricultura familiar seja direcionada a mercados institucionais, promovendo inclusão social e contribuindo para a segurança alimentar nas escolas públicas e outras instituições.

Por fim, o mercado consumidor, tanto interno quanto externo, é o destino final dos produtos da cadeia produtiva de Sidrolândia. A demanda por alimentos de alta qualidade e produzidos de forma sustentável tem aumentado, impulsionando os agricultores e agroindústrias locais a adotarem padrões rigorosos de produção. A capacidade de atender a essa demanda com produtos que respeitam o meio ambiente e garantem a rastreabilidade da cadeia produtiva é fundamental para o sucesso contínuo de Sidrolândia no cenário global.

Em resumo, a organização produtiva de Sidrolândia é complexa e multifacetada, abrangendo desde a produção agrícola até a distribuição, comercialização e consumo final. O sucesso dessa organização depende da interação eficaz entre os diferentes elos da cadeia produtiva, bem como do apoio contínuo de políticas públicas e investimentos privados em infraestrutura, tecnologia e capacitação técnica. À medida que Sidrolândia continua a crescer como um polo agroindustrial, o município enfrenta desafios, mas também oportunidades para se consolidar como um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo no setor agropecuário.

4.4.3. Pequenas Propriedades e Agricultura Familiar

Embora a agricultura familiar desempenhe um papel importante na segurança alimentar e no desenvolvimento rural de Sidrolândia, as pequenas propriedades enfrentam dificuldades para competir com os grandes produtores. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, cerca de 70% dos estabelecimentos agropecuários do município são classificados como de pequeno porte (menos de 100 hectares). No entanto, essas pequenas propriedades ocupam uma área significativamente menor em comparação com as grandes fazendas, representando menos de 20% das terras agricultáveis do município.

A agricultura familiar em Sidrolândia está concentrada principalmente em áreas de assentamentos rurais, como o Assentamento Eldorado, que abriga centenas de famílias que cultivam alimentos para autoconsumo e para a venda em mercados locais e programas governamentais. A produção nesses assentamentos inclui uma diversidade de culturas, como mandioca, milho, feijão e hortaliças, além da criação de pequenos animais, como suínos e aves.

No entanto, as pequenas propriedades e os assentamentos rurais enfrentam desafios significativos. A falta de acesso a crédito, a ausência de infraestrutura adequada e a dificuldade de escoamento da produção são obstáculos comuns enfrentados pelos agricultores familiares. Programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desempenham um papel crucial ao oferecer crédito com juros subsidiados para os pequenos produtores, mas o alcance desses programas ainda é limitado em relação às necessidades da agricultura familiar local (MAPA, 2023).

Outro fator que dificulta o desenvolvimento da agricultura familiar é a concentração de mercado, onde os grandes produtores, com maior poder econômico e acesso a tecnologias avançadas, dominam as cadeias de distribuição. A Prefeitura de Sidrolândia, em parceria com cooperativas locais, tem buscado incentivar a participação dos pequenos agricultores em programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garantem a compra de produtos da agricultura familiar para abastecer escolas públicas e outras instituições.

4.4.4. Impacto das Políticas Públicas na Estrutura Agrária

As políticas públicas desempenham um papel determinante na configuração da estrutura agrária de Sidrolândia. Programas como o PRONAF, o PAA e o PNAE são essenciais para a

inclusão dos pequenos agricultores e assentados no mercado, garantindo renda e escoamento da produção. Além disso, o Plano Safra, lançado anualmente pelo governo federal, é uma das principais fontes de financiamento para os grandes e médios produtores rurais, que utilizam os recursos do programa para adquirir insumos, maquinário e tecnologia para a produção agrícola e pecuária, deixando o agricultor assentado a margem dos programas federais.

No entanto, há uma necessidade de maior integração entre as políticas públicas voltadas para os grandes e pequenos produtores, de forma a promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades. A concentração fundiária ainda é um desafio a ser enfrentado, e o acesso limitado a terras para pequenos agricultores impede o pleno desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as disputas por terras e os conflitos agrários em Sidrolândia continuam a ser uma questão sensível, com tensões entre grandes produtores, comunidades tradicionais e assentados (CPT, 2022).

A estrutura agrária de Sidrolândia-MS é marcada por um dualismo entre grandes propriedades voltadas para a produção em larga escala e pequenas propriedades dedicadas à agricultura familiar e assentamentos rurais. A concentração fundiária, historicamente consolidada, ainda representa um desafio para a inclusão produtiva de pequenos agricultores e para a reforma agrária. No entanto, políticas públicas, como o PRONAF, o PAA e o PNAE, desempenham um papel crucial na promoção da agricultura familiar e na inclusão dos assentados na economia municipal e estadual.

O futuro da estrutura agrária de Sidrolândia dependerá, em grande parte, da capacidade de integrar os pequenos agricultores ao mercado, promover a regularização fundiária nos assentamentos e garantir o acesso a recursos e tecnologias que permitam o desenvolvimento sustentável da agricultura local. O apoio governamental e as parcerias com o setor privado serão fundamentais para equilibrar a estrutura agrária e garantir que o município continue a crescer como um importante polo agropecuário no Mato Grosso do Sul e no Brasil.

RESULTADOS E ANÁLISE

A presente pesquisa, de natureza quali-quantitativa, utilizou análise documental, observação in loco e a aplicação de um questionário semiestruturado a 20 pequenos produtores rurais do Assentamento Eldorado, em Sidrolândia-MS, com o objetivo de diagnosticar a realidade produtiva, as formas de comercialização e os principais desafios enfrentados no processo de agroindustrialização. A análise dos dados revelou um cenário complexo, no qual convivem potencialidades significativas e obstáculos estruturais que limitam o pleno desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas.

O perfil dos entrevistados confirma a heterogeneidade demográfica e fundiária típica da região. A maioria dos agricultores (65%) encontra-se na faixa etária entre 45 e 65 anos, evidenciando um relativo envelhecimento da população e a necessidade de políticas que atraiam jovens para a sucessão rural. Quanto à escolaridade, 55% possuem apenas o ensino fundamental incompleto, fator que se apresenta como barreira para a adoção de práticas de gestão mais avançadas e para o acesso a linhas de crédito que exigem maior domínio burocrático. O tamanho médio dos lotes, em torno de 9,5 hectares, corresponde ao padrão documentado pelo INCRA, e 85% dos entrevistados afirmaram residir e trabalhar no próprio lote, com uma média de quatro pessoas por unidade familiar. Todos confirmaram ter acessado a terra por meio da política de reforma agrária, reforçando a relevância desta política pública para a fixação das famílias no campo.

A análise da estrutura produtiva revelou a centralidade da pecuária leiteira, presente em 70% dos lotes, em razão de sua menor dependência hídrica e da existência de canais de comercialização já consolidados com laticínios, ainda que com margens de lucro reduzidas. Em contrapartida, apenas 25% dos produtores estão engajados na horticultura e no cultivo de mandioca, justamente as atividades mais rentáveis e responsáveis pelo abastecimento da CECAF/CEASA. Um cruzamento dos dados indica que esses produtores dispõem de acesso a recursos hídricos (poços ou córregos próximos) e recebem apoio da assistência técnica municipal ou estadual, o que demonstra que o desempenho produtivo está diretamente vinculado à disponibilidade de água e ao suporte técnico, condições não universais no assentamento.

Um dado particularmente preocupante refere-se ao arrendamento de terras: 40% dos entrevistados confirmaram arrendar parcial ou totalmente seus lotes, sobretudo para o cultivo de soja e milho. As justificativas são recorrentes — falta de água, ausência de capital para

aquisição de insumos e necessidade de garantir uma renda mínima — e expõem um processo de descampesinização que ameaça a lógica da reforma agrária. O arrendamento reforça a penetração do agronegócio exportador dentro do assentamento, desvirtuando sua função social, fragilizando a soberania alimentar, concentrando renda fora da comunidade e submetendo os agricultores familiares a um ciclo de dependência.

No campo da comercialização, observou-se uma estratificação nítida. Cerca de 35% dos produtores acessam mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, e relatam maior estabilidade de renda. Outros 25%, sobretudo os horticultores, comercializam via CEASA/CECAF, um canal de alto volume, mas restrito a quem possui escala e logística adequadas. A dependência de atravessadores ainda predomina entre 50% dos entrevistados, em especial os pecuaristas leiteiros, comprometendo a margem de lucro. Apenas 15% conseguem realizar vendas diretas em feiras, prática limitada pela distância dos centros urbanos e pelo custo elevado do transporte.

No que se refere à agroindustrialização, foram identificados 16 empreendimentos formais no assentamento, número expressivo que revela a disposição e o potencial das famílias em agregar valor à produção. Todavia, a maioria das agroindústrias opera abaixo da capacidade instalada, devido a fatores recorrentes relatados pelos entrevistados: estradas precárias que comprometem o transporte e deterioram os produtos, alta volatilidade no preço dos insumos e dificuldades de acesso ao crédito, agravadas pela ausência do título definitivo da terra, que inviabiliza garantias reais para financiamentos. Apesar disso, experiências bem-sucedidas, como a COOPFAP e as agroindústrias de mandioca, evidenciam ganhos significativos: a renda gerada com produtos processados chega a ser até 300% superior à obtida com a venda in natura. A conquista do Selo SIPAF e a certificação do MAPA, nestes casos, ampliaram o acesso a mercados institucionais e privados, reforçando a viabilidade do modelo.

A síntese analítica dos resultados demonstra que o Assentamento Eldorado se encontra em um processo de transição, no qual convivem experiências exitosas e condições de precariedade. De um lado, agricultores organizados em cooperativas, com acesso a assistência técnica, infraestrutura mínima e certificações, já comprovam que a agroindustrialização pode ser um caminho consistente para o desenvolvimento rural. De outro, a maioria dos assentados permanece em situação de vulnerabilidade, limitada pela ausência de água, pela precariedade das estradas, pela irregularidade fundiária e pela insuficiência da assistência técnica. Essa desigualdade interna torna o processo de agroindustrialização seletivo e concentrador, beneficiando apenas aqueles que conseguem superar as barreiras estruturais.

Conclui-se, portanto, que o desafio central não é mais comprovar a viabilidade da agroindustrialização, mas democratizar o acesso às condições necessárias para que o conjunto das famílias assentadas possa percorrer esse caminho. O futuro do Eldorado dependerá da superação dessas assimetrias internas e da construção de políticas públicas que articulem infraestrutura, regularização fundiária, crédito acessível, assistência técnica permanente e fortalecimento organizativo. Somente assim o assentamento poderá cumprir plenamente sua função social, consolidando-se como referência em desenvolvimento rural sustentável e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o processo de agroindustrialização como estratégia de desenvolvimento social e econômico para as famílias do Assentamento Eldorado, em Sidrolândia-MS. Partiu-se da premissa de que a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, por meio do processamento e da industrialização, possui o potencial de promover maior autonomia econômica aos assentados, facilitar o acesso a mercados diferenciados e, conseqüentemente, melhorar os indicadores de renda e qualidade de vida, contribuindo para a fixação das famílias no campo.

Os resultados confirmaram parcialmente essa hipótese, ao evidenciar que a agroindustrialização é uma estratégia viável e promissora, mas ainda distante de sua plena consolidação. Iniciativas como a COOPFAP e as agroindústrias familiares de panificação, doces, queijos e mandioca demonstram de forma concreta como o processamento local agrega valor, amplia a renda e cria novas oportunidades comerciais. O acesso a certificações, como o registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), exemplifica esse avanço, uma vez que abre portas para mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de inserir os produtos do assentamento em circuitos privados mais exigentes.

Contudo, a pesquisa também revelou que o potencial identificado é severamente limitado por desafios estruturais e conjunturais. O processo de agroindustrialização no Eldorado não é linear nem homogêneo, sendo atravessado por contradições que refletem as dificuldades históricas da reforma agrária no Brasil. Entre os principais entraves destaca-se a limitação fundiária: os lotes, com média de 9,5 hectares, muitas vezes apresentam solos de baixa fertilidade e enfrentam escassez hídrica para irrigação, o que restringe a escala e a diversificação da produção. Esse cenário empurra parte dos assentados para a pecuária leiteira, vista quase como única alternativa viável, enquanto outros, desassistidos e sem condições produtivas, recorrem ao arrendamento das terras para monocultivos de soja e milho. Tal prática, embora compreensível do ponto de vista econômico imediato, representa uma distorção do objetivo original da reforma agrária, pois fragiliza a soberania alimentar, favorece a degradação do solo e transfere a renda gerada para fora da comunidade.

Nesse contexto, a assistência técnica e extensão rural (ATER) revelou-se um fator determinante. Onde sua presença é constante, como no caso dos horticultores que abastecem a

CEASA/MS, observa-se maior diversificação produtiva, incremento de valor agregado e integração competitiva nos mercados regionais. Em contrapartida, sua ausência ou descontinuidade reforça ciclos de produção de subsistência e dependência de atravessadores, confirmando a centralidade das políticas públicas estáveis e capilares para a viabilidade da agroindustrialização, conforme já apontado por Bergamasco e Norder (2013).

Outro gargalo relevante refere-se à infraestrutura logística. As más condições das estradas vicinais, somadas aos altos custos de transporte e combustíveis, reduzem a competitividade dos produtos, isolam os agricultores e comprometem a eficiência do escoamento da produção. A precariedade da infraestrutura, aliada à falta de soluções efetivas de acesso à água, limita a consolidação de um ambiente produtivo sustentável e competitivo.

A regularização fundiária definitiva aparece como outro desafio central. Apesar dos avanços recentes, com entregas de títulos em 2021 e 2024, o processo ainda é lento e incompleto.

A insegurança jurídica da posse da terra inviabiliza o acesso a linhas de crédito mais robustas e a investimentos de longo prazo, elementos indispensáveis para a consolidação das agroindústrias familiares e o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Diante desse quadro, fica evidente que a promoção da agroindustrialização como vetor de desenvolvimento no Assentamento Eldorado não pode ser pensada de forma isolada. Trata-se de um processo que exige condições estruturais básicas, investimentos contínuos e políticas públicas articuladas. A viabilidade desse caminho depende da integração de múltiplas dimensões: acesso à água e melhoria da infraestrutura viária; fortalecimento e continuidade da assistência técnica; conclusão célere da regularização fundiária; incentivo à organização coletiva em cooperativas e associações; e garantia de políticas públicas estáveis que assegurem previsibilidade para investimentos de médio e longo prazo.

Em última análise, a agroindustrialização no Eldorado se mostra como uma estratégia não apenas desejável, mas necessária para transformar o assentamento em um espaço de produção diversificada, sustentável e socialmente justo. Seu êxito, entretanto, dependerá da superação dos desafios históricos da reforma agrária e da construção de um pacto renovado entre agricultores, Estado e sociedade civil. O sucesso desse processo representará não apenas a geração de renda e crescimento econômico, mas a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural capaz de assegurar dignidade, qualidade de vida e permanência voluntária das famílias no campo. O Assentamento Eldorado, ao reunir potencial produtivo, experiências associativas e reconhecimento institucional, pode se tornar referência para a

agricultura familiar no Brasil, desde que os esforços de apoio e fortalecimento sejam contínuos e estruturados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRAER. **Relatório Anual de Assistência Técnica e Extensão Rural em MS**. 2021.
- ARAÚJO, M. J. de. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DE MS (APROSOJA-MS). **Relatório de Sustentabilidade do Agronegócio**. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. 2024. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 23 out. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Crédito Rural**. 2021.
- BARROS, C. G. S. O agronegócio brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial: o processo de transformação e seus resultados. p. 122, 2022. Disponível em: https://casadoalgodao.com.br/images/publicacoes/2022/Brasil_Rural.Out2022.pdf#page=122.
- BARROS, R. **Políticas fiscais e competitividade agrícola**. São Paulo: Atlas, 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 05 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Marca histórica do agronegócio brasileiro destaca protagonismo na segurança alimentar global**. Brasília: MAPA, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/marca-historica-do-agronegocio-brasileiro-destaca-protagonismo-na-seguranca-alimentar-global-1>. Acesso em: 06 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor Bruto da Produção atinge R\$ 1,151 trilhão em 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-bruto-da-producao-atinge-r-1-151-trilhao-em-2023>. Acesso em: 06 set. 2025.
- CALLADO, A. L. C. **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2005.
- CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2025. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 06 set. 2025.
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **PIB do agronegócio fecha 2024 com crescimento de 1,81%**. Brasília: CNA, 2025a. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-fecha-2024-com-crescimento-de-1-81>. Acesso em: 06 set. 2025.
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Relatório sobre o setor pecuário**. 2022.
- COMEX. **Mato Grosso do Sul: Exportações, Importações e Balança Comercial**. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Relatório de Conflitos no Campo**. 2022.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/programas-e-acoef/paa>. Acesso em: 05 set. 2025.

CORREIO DO ESTADO. **Sidrolândia se consolida na agroindústria com R\$ 3,5 bilhões investidos**. 2023. Disponível em: <https://www.correiadoestado.com.br>.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

FAMASUL. **Agropecuária: a evolução de Mato Grosso do Sul como uma das principais regiões produtoras do país**. 2022. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br>.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2024. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 05 set. 2025.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **Mapa do uso dos recursos do PRONAF por região brasileira na safra 2023/2024**. 2025. Disponível em: <https://obgeo.ufms.br/mapa-do-uso-dos-recursos-do-pronaf-por-regiao-brasileira-na-safra-2023-2024/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Relatório sobre Conflitos Indígenas**. 2020.

GUIMARÃES, J. S. **Agricultura familiar e as tecnologias sociais no território do sertão produtivo: análise exploratória com foco no desenvolvimento rural**. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7085>.

IBAMA. **Monitoramento Ambiental e Sustentabilidade nos Assentamentos Rurais**. 2021.

IBAMA. **Relatório de Desmatamento e Queimadas**. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2023: safra bate recorde, mas valor da produção cai**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41296-pam-2023-safra-bate-recorde-mas-valor-da-producao-cai>. Acesso em: 06 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório sobre Assentamentos no Brasil**. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório Fundiário**. 2023.

JESUS, A. C. da S. **Caminhos de acesso às linhas de crédito rural para a mulher agricultora**. 2023. 188 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/18510>.

LAUSCHNER, R. **Agroindústria: conceitos e definições**. In: SILVEIRA, J. M. da. **Agroindústria e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1990.

LAUSCHNER, R. **Indústria e agricultura: integração produtiva**. Porto Alegre: UFRGS, 1977.

LOPES, M. F. **Sequestro de carbono atmosférico na agropecuária: práticas e impactos ambientais**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7382/1/Fried%20TCC.pdf>.

MENDONÇA, F. et al. Inclusão social e políticas públicas no agronegócio. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Estatísticas Agropecuárias**. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Relatório de produção agrícola municipal**. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Relatório de Agricultura Familiar**. 2022.

MORAES, A. K. de; FURTINI, A. A. S.; CASTRO JUNIOR, L. G. de; TONELLI, D. F. O seguro mitiga risco climático na agricultura: revisão integrativa de literatura. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 11, e6848, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n11-101>.

MORAES, L. M. da S.; PRADO, M. J. C.; MÉLO, V. N. de O. Transformando realidades com a sustentabilidade: São Caetano do Sul (São Paulo), Camaragibe (Pernambuco) e São Luís (Maranhão) na promoção da fome zero e agricultura sustentável. **Revista Educação Contemporânea**, v. 1, n. 2, p. 260-274, 2024. Disponível em: <https://editoraverde.org/portal/revistas/index.php/reca/article/view/308>.

NUNES, E. M. da; SILVA, V. M.; CLAUDINO de SÁ, V. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 25, núm. 2, p. 857-881, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.14174>.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 17, p. 332-378, 2009.

PÉREZ, D. V.; SANTOS, A. M.; NAVIA, D.; DE CARVALHO, G. D. Nexus defesa-sistema alimentar-mudanças climáticas: a importância da FAYS. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 19., 2024, Rio de Janeiro. **[Artigos]**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Defesa, 2024. Disponível em: <https://zenodo.org/doi/10.5281/zenodo.13331957>.

REGIÃO NEWS: **Sidrolândia Agricultura Rentável**. Sidrolândia, 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.regiaonews.com.br/sidrolandia-ms/com-faturamento-de-r-3-bilhoes-sidrolandia-tem-a-3a-agricultura-mais-rentavel-de-ms>. Acesso em: 01 out. 2025.

REGIÃO NEWS: **Sidrolândia é a 8ª colocada em captação de crédito do Pronaf em Mato Grosso do Sul**. Sidrolândia, 03 set. 2025. Disponível em: <https://www.regiaonews.com.br/sidrolandia-ms/sidrolandia-e-a-8a-colocada-em-captacao-de-credito-do-pronaf-em-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 01 out. 2025.

REIS, João Paulo dos. A concentração fundiária no Município de Sidrolândia/MS e a implantação dos assentamentos. **Observatório Geográfico de América Latina**. 2009.

SANTOS, M. J. B.; REZENDE, H. C. M. Políticas públicas e justiça social: desafios para a promoção do desenvolvimento humano sustentável. **Revista Brasileira de Educação e Cultura** | RBEC | ISSN 2237-3098, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/601>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SANTOS, V. B. dos; BÁLSAMO, R. Acesso ao crédito rural por agricultores familiares (agronomia). **Repositório Institucional**, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/5588>. Acesso em: 12 out. 2024.

SDA. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/pronaf>. Acesso em: 05 set. 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). **Relatório de Sustentabilidade Agrícola**. 2023.

SILVA, Luís Antonio Guerra Conceição. **Agroindustrialização na agricultura familiar**. 2012.

SILVEIRA, M. R. **Agroindústria e desenvolvimento rural**. São Paulo: Hucitec, 1990.

SOUZA, V. L. de; KRAUZER, E. de A.; LOOSE, C. E.; SOUZA, N. M. de; DIAS, A. de A.; ALEIXO, A. D.; VIDIGAL FILHO, A. L.; VALE, L. L. do. Fatores de restrição ao crédito rural destinado à agricultura familiar na perspectiva das instituições financeiras estabelecidas no município de Espigão do Oeste, Rondônia. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 39, p. 3817-3846, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv15n39-169>.

TEIXEIRA, L. N.; TABOSA, F. J. S.; SILVA, V. H. M. C.; FERREIRA, F. I. G.; MENEZES, E.; LESSA, L.; SOUSA, E. C. Evolução do programa de subvenção ao prêmio do seguro rural (PSR) na região Nordeste. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 10, p. 15798–15818, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv21n10-070>.

TORRES, S. R. **Avaliação da política de incentivos fiscais no desenvolvimento econômico do município de Horizonte/Ceará, no período de 2010 a 2020**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/78323/3/2024_dis_srtorres.pdf.

MS AUMENTA IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA EM 2024. Campo Grande, 08 jan. 2025. Disponível em: VIEGAS, A. MS aumenta exportação de carne bovina em 33,73% em 2024. G1. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/01/08/ms-aumenta-exportacao-de-carne-bovina-em-3373percent-em-2024.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2025.

APÊNDICE A
APLICAÇÃO QUALITATIVA DE QUESTIONÁRIO

Questionário

1. Qual sua cidade de origem?
2. Como adquiriu o lote?
3. Qual é a sua idade?
4. Quantas pessoas moram no lote?
5. Qual a sua escolaridade?
6. Qual é o tamanho do lote?
7. O que é produzido?
8. Como é comercializada a produção?
9. Recebe algum credito bancário para produzir
10. Possui outra renda que não seja advinda do lote?